

*Relatório de Atividades do Senado*  
1961

A - PALAVRAS INICIAIS

É com satisfação que a Presidência do Senado, no momento de se encerrar a 3a. sessão legislativa ordinária da 4a. Legislatura, cumpre o dever de apresentar esta prestação de contas do trabalho levado a efeito pelo Senado Federal e pelo Congresso Nacional, em conjunto, nesses nove meses de funcionamento, compreendidos entre 15 de março e 15 de dezembro de 1961, acrescidos das reuniões preparatórias que os antecederam.

B - TRABALHOS PRELIMINARES

Quatro foram as sessões preparatórias - uma a 10 de março e três no dia imediato.

Na primeira procedeu-se à eleição do Vice-Presidente, sendo eleito o Senador Auro Moura Andrade (PSD - São Paulo), que assumiu imediatamente as suas funções.

Na segunda sessão preparatória (11 de março, às 14.30 horas) foram eleitos:

- 1º Secretário (pela 4a. vez) - o Sr. Senador Cunha Mello (PTB - Amazonas), por 31 votos em 33 votantes;
- 2º Secretário (pela 7a. vez) - o Sr. Senador Freitas Cavalcanti (UDN - Alagoas), por 32 votos em 33 votantes;
- 3º Secretário (pela 3a. vez) - o Sr. Senador Gilberto Marinho (PSD - Guanabara), por 34 votos em 34 votantes;
- 4º Secretário (pela 3a. vez) - o Sr. Senador Novaes Filho (PL - Pernambuco), por 34 votos em 34 votantes;
- 1º Suplente (pela 4a. vez) - o Sr. Senador Mathias Olympio (PSD - Piauí), por 34 votos em 34 votantes;
- 2º Suplente (pela 3a. vez) - o Sr. Senador Heribaldo Vieira (UDN - Sergipe), por 34 votos em 34 votantes.

Nessa sessão renunciaram aos lugares para que acabavam de ser eleitos os Srs. Senadores Freitas Cavalcanti (2º Secretário) e Heribaldo Vieira (2º Suplente).

A terceira sessão preparatória (11 de março, às 16.30 horas) teve por finalidade o preenchimento das vagas abertas na anterior, de 2º Secretário e 2º Suplente.

Para o primeiro desses postos recebeu a preferência dos seus pares o Sr. Senador Gilberto Marinho (33 votos em 34 votantes) e para o segundo o Sr. Senador Guido Mondin (PSD - Rio Grande do Sul) por 31 votos em 33 votantes.

Com a ascensão do Sr. Gilberto Marinho a 2º Secretário ficou vaga a 3a. Secretaria.

Coube ao Sr. Senador Argemiro de Figueiredo (PTB - Paraíba) ocupá-la, em virtude de eleição a que se procedeu na 4a. sessão

Preparatória, no mesmo dia, às 17 horas, recebendo S. Excia. 33 votos em 34 votantes.

Dessa maneira, ficou assim inicialmente constituída a Mesa do Senado para a Sessão Legislativa Ordinária de 1961:

- Presidente - João Belchior Marques Goulart;
- Vice-Presidente - Senador Auro Soares Moura Andrade;
- 1º Secretário - Senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello;
- 2º Secretário - Senador Gilberto Marinho;
- 3º Secretário - Senador Argemiro de Figueiredo;
- 4º Secretário - Senador Novaes Filho;
- 1º Suplente - Senador Mathias Olympio de Mello;
- 2º Suplente - Senador Guido Mondin.

### C - INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

A 15 de março, sob a presidência do então Presidente do Senado (Dr. João Goulart) instalou-se solenemente o Congresso Nacional, estando presentes à cerimônia altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, inclusive S. Excia. o Sr. Ministro Frederico de Barros Barreto, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

### D - TRABALHOS DE ORGANIZAÇÃO

#### (ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES)

#### D.1 - COMISSÕES PERMANENTES

##### D.1.1 - COMPOSIÇÃO

A 17 de março a Mesa recebeu, dos líderes partidários, as listas dos representantes das respectivas bancadas nas Comissões Permanentes, tendo sido a mesma publicada a 18 e retificada a 21 daquele mês, pelas lideranças da União Democrática Nacional e do Partido Trabalhista Brasileiro.

##### D.1.2 - DIREÇÃO

Nos cargos de direção desses órgãos foram investidos, em virtude da escolha dos seus pares:

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA:

Na Presidência - o Sr. Senador Nelson Maculan (PTB - Paraná), eleito pela 2ª. vez;

na Vice-Presidência - o Sr. Senador Eugênio Barros (PSD - Maranhão).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

Na Presidência - o Sr. Senador Gaspar Velloso (PSD - Paraná);

na Vice-Presidência - o Sr. Senador Daniel Krieger (UDN - Rio Gran.

COMISSÃO DE ECONOMIA:

Na Presidência - o Sr. Senador Ary Vianna (PSD - Espírito Santo),  
eleito pela 3ª. vez;  
na Vice-Presidência - o Sr. Senador Fausto Cabral (PTB - Ceará).

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Na Presidência - o Sr. Senador Menezes Pimentel (PSD - Ceará);  
na Vice-Presidência - o Sr. Senador Padre Calazans (UDN - São Paulo),  
eleito pela 3ª. vez.

COMISSÃO DE FINANÇAS:

Na Presidência - o Sr. Senador Freitas Wavalcanti (UDN - Alagoas);  
na Vice-Presidência - o Sr. Senador Jefferson de Aguiar (PSD - Espírito Santo).

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL:

Na Presidência - o Sr. Senador Lima Teixeira (PTB - Bahia), eleito  
pela 6ª. vez;  
na Vice-Presidência - o Sr. Senador Ruy Carneiro (PSD - Paraíba),  
eleito pela 6ª. vez.

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Na Presidência - o Sr. Senador Francisco Gallotti (PSD - Santa Catarina);  
na Vice-Presidência - o Sr. Senador Sérgio Marinho (UDN - Rio Grande do Norte).

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES:

Na Presidência - o Sr. Senador Vivaldo Lima (PTB - Amazonas);  
na Vice-Presidência - o Sr. Senador Rui Palmeira (UDN - Alagoas).

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA:

Na Presidência - o Sr. Senador Reginaldo Fernandes (UDN - Rio Grande do Norte),  
eleito pela 5ª. vez;  
na Vice-Presidência - o Sr. Senador Alô Guimarães (PSD - Paraná),  
eleito pela 5ª. vez.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Na Presidência - o Sr. Senador Zacarias de Assunção (UDN - Pará);  
na Vice-Presidência - o Sr. Senador Jarbas Maranhão (PSD - Pernambuco).

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL:

Na Presidência - o Sr. Senador Daniel Krieger (UDN - Rio Grande do Sul),  
eleito pela 3ª. vez);  
na Vice-Presidência - o Sr. Senador Jarbas Maranhão (PSD - Pernambuco),  
eleito pela 3ª. vez).

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS:

Na Presidência - o Sr. Senador Jorge Maynard (PSP - Sergipe);  
na Vice-Presidência - o Sr. Senador Lino de Matos (S/Legenda - São Paulo).

Em virtude de haverem deixado as Comissões de Constituição e Justiça, Economia e Finanças, os Srs. Senadores Gaspar Velloso, Ary Vianna e Jefferson de Aguiar, os cargos que ocupavam na direção desses órgãos passaram a ter os seguintes titulares:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

Na Presidência - o Sr. Senador Jefferson de Aguiar (PSD - Espírito Santo), eleito em 7.4.61.

COMISSÃO DE ECONOMIA:-

Na Presidência - o Sr. Senador Gaspar Velloso (PSD - Paraná), eleito em 9.4.61.

COMISSÃO DE FINANÇAS:

Na Presidência - o Sr. Senador Gaspar Velloso (PSD - Paraná), eleito em 13.4.61.

Durante a sessão legislativa várias modificações se registraram na direção dos órgãos técnicos permanentes.

Na Comissão de Constituição e Justiça, tendo o Sr. Senador Gaspar Velloso renunciado à Presidência (7 de abril) esta coube ao Sr. Senador Jefferson de Aguiar (10 de abril).

Na de Economia, com o afastamento do Sr. Senador Ary Vianna (7 de abril) a presidência passou a ser exercida pelo Sr. Senador Gaspar Velloso (9 de abril).

Na Comissão de Finanças vagaram tanto a Presidência (em virtude de haver deixado o Senado o Sr. Senador Freitas Cavalcanti), como a Vice-Presidência (pela desistência, em 7 de abril, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar). Para a primeira, foi eleito o Sr. Senador Daniel Krieger (em 31 de maio) e para a segunda, o Sr. Senador Ary Vianna (13 de abril).

Finalmente, na de Serviço Público Civil, ao Sr. Senador Daniel Krieger, que renunciou à Presidência em 27 de junho, sucedeu o Sr. Senador Mourão Vieira, em 27 do mesmo mês.

D.1.3 - VAGAS E SEU PROVIMENTO

No curso da sessão legislativa várias vagas ocorreram nas Comissões Permanentes:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

- a do Sr. Senador Gaspar Velloso, titular, em 7 de abril (desistência);
- a do Sr. Senador Caiado de Castro, titular, em 21 de março (desistência);
- a do Sr. Senador Freitas Cavalcanti, suplente, em 16 de maio (em virtude de haver deixado o Senado);
- a do Sr. Senador João Villasboas, suplente, em 4 de agosto (desistência);
- a do Sr. Senador Brasília Celestino, suplente, em 7 de junho (término do tempo de sua convocação);
- a do Sr. Senador Barros Carvalho, suplente, em 3 de abril (em virtude de haver passado a membro titular da Comissão).

COMISSÃO DE ECONOMIA:

- a do Sr. Senador Ary Vianna, titular, em 7 de abril (desistência).

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

- a do Sr. Senador Paulo Fender, suplente, em 17 de novembro (desligamento do Partido que representava).

COMISSÃO DE FINANÇAS:

- a do Sr. Senador Freitas Cavalcanti, titular, em 16 de maio (motivo já citado);
- a do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, titular, em 7 de abril (desistência);
- a do Sr. Senador Joaquim Parente, suplente, em 16 de maio (em virtude de haver passado a membro titular da Comissão);
- a do Sr. Senador Gaspar Velloso, suplente, em 7 de abril (em virtude de haver passado a membro titular da Comissão);
- a do Sr. Senador Barros Carvalho, suplente, em 3 de abril, (em virtude de haver passado a membro titular da Comissão);

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL:

- a do Sr. Senador Mourão Vieira, titular, em 7 de julho (desistência);
- a do Sr. Senador Brasília Celestino, titular, em 21 de agosto (término do tempo de convocação);
- a do Sr. Senador Paulo Fender, titular, em 17 de novembro (desligamento do Partido que representava).

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES:

- a do Sr. Senador Daniel Krieger, titular, em 25 de julho (desistência);
- a do Sr. Senador Freitas Cavalcanti, suplente, em 16 de maio (motivo já citado).

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

- a do Sr. Senador Paulo Fender, suplente, em 17 de novembro (desligamento do Partido que representava).

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

- a do Sr. Senador Caiado de Castro, titular, em 21 de maio (desistência).

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO:

- a do Sr. Senador Daniel Krieger, titular, em 6 de junho (desistência);
- a do Sr. Senador Caiado de Castro, titular, em 21 de março (desistência);
- a do Sr. Senador Miguel Couto, suplente, em 3 de abril (em virtude de haver passado a membro titular da Comissão);
- a do Sr. Senador Paulo Fender, titular, em 17 de novembro (desligamento do Partido que representava).

Conseqüentemente, foram feitas as seguintes substituições:

<u>C O M I S S Ã O</u>	<u>S E N A D O R</u> Designado	<u>D A T A</u>	<u>V A G A D O</u> <u>S E N A D O R</u>	<u>O B S E R V A Ç Õ E S</u>
Constituição e Justiça	Jefferson de Aguiar	7. 4.61	Gaspar Velloso	Como titular
Constituição e Justiça	Barros Carvalho	3. 4.61	Caiado de Castro	Como titular
Constituição e Justiça	Miguel Couto	3. 4.61	Barros Carvalho	Como suplente
Constituição e Justiça	Brasílio Celestino	7. 6.61	Freitas Cavalcanti	Como suplente
Constituição e Justiça	Afrânio Lages	4. 8.61	João Villasboas	Como suplente
Economia	Gaspar Velloso	7. 4.61	Ary Vianna	Como titular
Educação e Cultura	Caiado de Castro	17.11.61	Paulo Fender	Como suplente
Finanças	Joaquim Parente	21. 3.61	Freitas Cavalcanti	Como titular
Finanças	Gaspar Velloso	7. 4.61	Jefferson de Aguiar	Como titular
Finanças	Barros Carvalho	3. 4.61	Caiado de Castro	Como titular
Finanças	Francisco Gallotti	7. 4.61	Gaspar Velloso	Como suplente
Finanças	Caiado de Castro	17.11.61	Paulo Fender	Como suplente
Legislação Social	Brasílio Celestino	7. 7.61	Mourão Vieira	Como titular
Legislação Social	Lopes da Costa	23. 8.61	Brasílio Celestino	Como titular
Legislação Social	Caiado de Castro	17.11.61	Paulo Fender	Como titular
Relações Exteriores	Afrânio Lages	25. 7.61	Daniel Krieger	Como titular
Redação	Caiado de Castro	17.11.61	Paulo Fender	Como suplente
Segurança Nacional	Miguel Couto	3. 4.61	Caiado de Castro	Como titular
Serviço Público Civil	Miguel Couto	3. 4.61	Caiado de Castro	Como titular
Serviço Público Civil	Fausto Cabral	3. 4.61	Miguel Couto	Como suplente
Serviço Público Civil	Mourão Vieira	7. 6.61	Daniel Krieger	Como titular
Serviço Público Civil	Caiado de Castro	17.11.61	Paulo Fender	Como titular

D.2 - COMISSÕES ESPECIAIS

D.2.1 - COMISSÕES INTERNAS

Tiveram vigência prorrogada para esta sessão legislativa as seguintes:

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO DOS PROBLEMAS DA SÊCA DO NORDESTE

na qual se deu vaga, em virtude da renúncia do Sr. Senador Arlindo Rodrigues, sendo designado para o lugar o Sr. Senador Fausto Cabral -- (4.4.61).

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO DA POLÍTICA DE PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO

completada com a designação do Sr. Senador Mendonça Clark para a vaga existente (22.3.61).

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO DOS PROBLEMAS DO VALE DO RIO DOCE

completada com a designação, para as vagas existentes dos Srs. Senadores Ary Vianna (21.3.61) e Joaquim Parente (22.3.61).

COMISSÃO ESPECIAL DE MUDANÇA DA CAPITAL

cujos claros foram preenchidos em 4 de abril com a designação dos Srs. Senadores Mendonça Clark e Nelson Maculan.

Houve criação de novas Comissões Especiais:

- a do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1961, eleita em 3 de maio (16 membros);
- a do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961, eleita em 15 de junho (16 membros);
- a do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961, eleita em 21 de junho (16 membros);
- a do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961, eleita em 27 de junho (16 membros);
- a do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1961, designada em 1º de setembro (7 membros);
- a do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1961, eleita em 26 de setembro (16 membros);
- a do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961, eleita em 4 de outubro (16 membros);
- a do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961, eleita em 5 de outubro (16 membros);
- a do Projeto de Emenda à Constituição nº 9, de 1961, eleita em 20 de novembro (16 membros).
- a de Estudo do Projeto do Estatuto do Trabalhador Rural, eleita em 1º de setembro (5 membros);



- a do Código de Telecomunicações, eleita em 28 de agosto (5 membros);
- a de Exame dos Documentos que Instruíram o Projeto de Resolução nº 5, de 1959, eleita em 26 de setembro (5 membros);
- a de Revisão do Regimento Interno e da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, eleita em 4 de outubro (7 membros);
- a de Elaboração de Projeto instituindo um Sistema Federal de Bancos de Estado, eleita em 20 de novembro (7 membros).

Para a representação externa do Senado constituíram-se 6 Comissões, a saber:

- para representar o Senado na solenidade da promulgação da Constituição do Estado da Guanabara (5 membros), em 22 de março;
- para visitar o Sr. Senador Lourival Fontes, por ocasião de acidente que sofreu (4 membros), em 24 de abril;
- para representar o Senado em solenidades realizadas em Alegrete, em homenagem à memória do Dr. Oswaldo Aranha (5 membros), em 27 de abril);
- para representar o Senado no desembarque, no Rio de Janeiro, do ex-Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira (7 membros), em 2 de maio;
- para representar o Senado nos trabalhos do "Seminário Econômico Nacional", no Rio de Janeiro (3 membros), em 21 de junho;
- para representar o Senado nas solenidades realizadas no Cemitério São João Batista, no dia 27 de novembro, em homenagem aos militares que tomaram na defesa da legalidade por ocasião do levante comunista de 1955 (5 membros), em 23 de novembro.
- para visitar o Sr. Senador Francisco Gallotti (3 membros), em 12 de dezembro.

## E. - COMPOSIÇÃO DO SENADO

### E.1 - VAGAS E SEU PROVIMENTO

Ao se iniciar a sessão legislativa estava o Senado com a composição incompleta, vaga uma das cadeiras da representação de Goiás, em virtude da renúncia, ocorrida em sessão anterior, do Sr. Taciano de Mello, que não tinha suplente.

Para o provimento dêsse lugar realizaram-se eleições na-  
quêle Estado, em 4 de junho, tendo sido eleito o Sr. Juscelino Kubitschek  
de Oliveira, que tomou posse em 12 de julho.

Nomeado Ministro do Tribunal de Contas, o Sr. Senador Frei-  
tas Cavalcanti assumiu o exercício dêsse cargo em 16 de maio; a Mesa,  
na forma do disposto no art. 35, § 2º, do Regimento Interno, declarou va-  
ga a cadeira por Sua Excelência ocupada na representação do Estado de  
Alagoas.

Para preenchê-la foi, em 19 do mesmo mês, convocado o su-  
plente do Sr. Senador Freitas Cavalcanti, Sr. Afrânio Salgado Lages, em  
possado em 13 de julho.

Entre os suplentes há que registrar a renúncia, da qual  
o Senado tomou conhecimento em 16 de maio, tornando-se definitiva e ir-  
retratável a partir de 17, do Sr. Nelson Firmo de Oliveira, suplente do  
Sr. Senador Jarbas Maranhão.

Como suplente do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira foi  
eleito, em 4 de junho, o Sr. José Feliciano Ferreira.

### E.2 - BANCADAS

Na composição das bancadas partidárias verificaram-se di-  
versas alterações.

Na primeira sessão preparatória o Senado tomou conheci-  
mento das seguintes declarações de mudança de filiação partidária:

ao Partido Social Democrático:

= do Sr. Senador Mathias Olympio (antes pertencente ao Partido  
Trabalhista Brasileiro);

à União Democrática Nacional:

- dos Srs. Senadores Mourão Vieira, Zacarias Assunção (do Parti-  
do Trabalhista Brasileiro) e Del Caro (do Partido de Reprê-  
sentação Popular).

Em virtude dessas declarações, a composição da Casa pas-  
sou a ser a seguinte:

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO .....	21
UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL .....	21
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO .....	14
PARTIDO LIBERTADOR .....	3
PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA .....	1
PARTIDO REPUBLICANO .....	1
S/LEGENDA .....	1
VAGA .....	1
	<hr/>
	63

Tendo o Sr. Senador Mathias Olympio voltado ao Partido Trabalhista Brasileiro (em 11 de março), a representação das três primeiras agremiações políticas ficou sendo a que abaixo se discrimina:

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL .....	21
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO .....	20
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO .....	15

Em 16 de maio tendo o Sr. Senador Freitas Cavalcanti deixado o Senado, abriu-se vaga na bancada da União Democrática Nacional (reduzida assim a 20 membros).

Outro desfalque se verificou nessa bancada, a 26 de maio, com o desligamento do Sr. Senador Dix-Huit Rosado, passado, pois, a União Democrática Nacional ter apenas 19 representantes.

Com a posse dos Srs. Juscelino Kubitschek de Oliveira e Afrânio Lages, que integraram respectivamente, as bancadas do Partido Social Democrático e da União Democrática Nacional e com a filiação (em 29 de maio) do Sr. Senador Lino de Mattos ao Partido Trabalhista Nacional, a representação partidária no Senado passou a consignar:

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO .....	21	membros
UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL .....	20	"
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO .....	15	"
PARTIDO LIBERTADOR .....	3	"
PARTIDO REPUBLICANO .....	1	membro
PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA .....	1	"
PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL .....	1	"
S/LEGENDA .....	1	"

---

63 membros.

Em virtude de licença concedida ao Sr. Senador Rui Carneiro e convocação do seu suplente, Sr. Salyiano Leite, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, a bancada deste último foi acrescida de um membro, a partir de 26 de julho, em detrimento do Partido Social Democrático, a que pertence o substituído, passando este a ter 20 representantes.

Por outro lado, tendo o Sr. Mendonça Clark deixado a substituição do Sr. Senador Leônidas Melo, o Partido Republicano ficou sem representação no Senado a partir de 9 de agosto, data em que o Partido Trabalhista Brasileiro ficou tendo 17 representantes.

As bancadas passaram então a ter, numericamente, esta composição:

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO ;.....	20
UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL .....	20
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO .....	17
PARTIDO LIBERTADOR .....	3
PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA .....	1
PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL .....	1
S/LEGENDA .....	1
	63

Na sessão de 14 de novembro o Sr. Senador Paulo Fender enviou à Mesa documento em que declarava o seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro e a sua filiação ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Consequentemente, as bancadas passaram a ser, numericamente, assim constituídas:

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO .....	20
UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL .....	20
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO .....	16
PARTIDO LIBERTADOR .....	3
PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA .....	1
PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL .....	1
MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR .....	1
S/LEGENDA .....	1
	63

Em data de 11 de dezembro o Sr. Senador Ruy Carneiro reassumiu o seu lugar no Senado e na bancada do Partido Social Democrático, que novamente ficou com 21 representantes, ao passo que o Partido Trabalhista Brasileiro, com o afastamento de Sr. Salviano Leite, suplente de quem representava a Paraíba, viu-se reduzido a 15 Senadores.

A composição partidária, ao se encerrar esta sessão legislativa é, por conseguinte:

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO .....	21	Senadores
UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL .....	20	"
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO .....	15	"
PARTIDO LIBERTADOR .....	3	"
PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA .....	1	Senador
PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL .....	1	"
MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR .....	1	"
S/LEGENDA .....	1	"
	63	Senadores.

F - L I D E R A N Ç A S

Com a União das bancadas dos Partidos Social Democrático, Trabalhista Brasileiro e Social Progressista, constituiu-se o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme comunicação lida em Plenário, em 22 de março, assinada pelos líderes dessas agremiações.

Coube a liderança da corrente majoritária ao Sr. Senador Filinto Müller sendo designados vice-líderes os Srs. Senadores:

Lima Teixeira .....(PTB);  
Nogueira da Gama ...(PTB);  
Victorino Freire ...(PSD);  
Lobão da Silveira ..(PSD);  
Jorge Maynard .....(PSP);  
Guido Mondin .....(PSD).

Na ausência do Líder, substituíram-no os Vice-Líderes,  
Srs.:

Lima Teixeira (março, setembro, outubro e novembro)  
Victorino Freire (abril).

A Minoria, formada pelas bancadas da União Democrática Nacional, do Partido Libertador e do Partido Republicano, teve como líder o Sr. Senador João Villasboas e como vice-líderes os Srs. Senadores:

Daniel Krieger .....(UDN);  
Mem de Sá .....( PL);  
Lino de Matos .....(PTN).

Quanto às bancadas partidárias obedeceram ao seguinte comando:

Partido Social Democrático

Líder - Senador Benedito Valadares  
Vice-Líderes - Senadores Gaspar Veloso e Victorino Freire.

União Democrática Nacional

Líder - Senador João Villasboas (e posteriormente o Senador Daniel Krieger, a partir de 6 de junho)  
Vice-Líderes - Senadores Rui Palmeira, Daniel Krieger (até 6 de junho) e Horibaldo Vieira.

Partido Trabalhista Brasileiro

Líder - Senador Barros Carvalho  
Vice-Líderes - Senadores Nelson Maculan, Fausto Cabral e Arlindo Rodrigues.

Partido Libertador

Líder - Senador Mem de Sá  
Vice-Líder - Senador Aloísio de Carvalho

Partido Republicano

Líder - Senador Mendonça Clark (até 9 de agosto).

Partido Social Progressista

Líder - Senador Jorge Maynard.

Partido Trabalhista Nacional

Líder - Senador Lino de Matos.

Movimento Trabalhista Renovador

Líder - Senador Paulo Fender.

G.1 - FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO  
G.1.1 - SESSÕES

Realizou o Senado de 10 de março a 15 de dezembro:

4 sessões preparatórias;  
168 sessões ordinárias;  
81 sessões extraordinárias.

De acôrdo com o Regimento, 32 transformaram-se parcialmente em secretas, estas últimas para deliberação sôbre escolha de autoridades.

Deixaram de realizar-se 6 sessões:  
em virtude de deliberação do Senado:

- de 27 a 31 de março (Semana Santa);
- 11 de maio (Ascensão do Senhor);
- 1º de junho (Corpus Christi);
- 15 de agosto (Assunção de Nossa Senhora);
- de 30 de outubro a 3 de novembro (Semana de Finados);
- 8 de dezembro (Nossa Senhora da Conceição).

Em homenagem de pesar foram levantadas as sessões de 17 de março, 8 e 25 de maio.

G.1.2.1. : - HOMENAGENS LEVADAS A EFEITO DA TRIBUNA

Vários acontecimentos considerados merecedores de registro nos Anais da Casa tiveram repercussão na tribuna, valendo destacar:

- o 1º aniversário da inauguração da Nova Capital de República (21 de abril);
- o "Dia Nacional da Itália" (2 de junho);
- a criação do Parque Nacional das Sete Quedas (27 de junho);
- o 250º aniversário da cidade de Ouro Preto (7 de julho);
- o sesquicentenário da fundação de Bagé, no Rio Grande do Sul (17 de julho);
- o aniversário da fundação dos Cursos Jurídicos e Sociais no Brasil (11 de agosto);
- o Dia do Soldado (25 de agosto);
- o 15º aniversário da promulgação da Constituição Federal (18 de setembro);
- o jubileu episcopal de Dom Augusto Álvaro da Silva, Arcebispo Primaz de Brasil (23 de outubro);
- a Semana da Asa (23 de outubro);
- o 16º aniversário da Organização das Nações Unidas (24 de outubro);
- a Semana da Marinha (6 de dezembro).

G.1.2.2 - HOMENAGENS DE SAUDADE

Em 24 de agosto dedicou-se o Expediente da sessão a um preito de saudade ao Presidente Getúlio Vargas e ao Governador Agamenon Magalhães, a propósito do transcurso do aniversário do seu falecimento, tendo ocupado a tribuna os Srs. Senadores Lima Teixeira, Gilberto Marinho, Jarbas Maranhão e Paulo Fender. A essa evocação aderiu, na sessão extraordinária de 25 do mesmo mês, o Sr. Senador Saulo Ramos.

Em 29 e 30 de maio manifestações comovidas recordaram a figura do Embaixador Oswaldo Aranha, desaparecido dois anos antes.

Em 16 de junho eram os vultos de três grandes figuras catarinenses - Nereu Ramos, Jorge Lacerda e Leoberto Leal - que suscitavam manifestações de saudade, recordados nos seus méritos, nas suas virtudes e nos seus serviços ao país pela palavra do Senador Brasília Celestino.

Em 2 de junho, a figura do ex-Senador Joaquim Magalhães Cardoso Barata despertava iguais homenagens ao ser lembrado, no aniversário do seu falecimento, pelo Sr. Senador Lobão da Silveira.



Em 13 de julho o centenário do nascimento do Dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire, ex-Presidente do Estado do Espírito Santo, inspirara ao Sr. Senador Jefferson de Aguiar iniciativa de um voto de saude.

Em 28 de agosto, a palavra cheia de brilho do Sr. Senador Aloísio de Carvalho trazia a comovida recordação dos seus pares ou tra figura apostolar que nesta Casa encerrara, pouco antes, a sua fulgurante carreira pública - o Dr. Otávio Mangabeira, cujo aniversário natalício ocorrera na véspera.

Em 8 de novembro o Sr. Senador João Vilasboas fixava, nas páginas dos Anais, o transcurso do 50º aniversário do desaparecimento do antigo Senador por Mato Grosso, Sr. Generoso Paes Leme de Sousa Ponce.

G.1.2.3 - HOMENAGENS DE PESAR

Por três vezes o Senado reverenciou, encerrando os seus trabalhos do dia, a memória de deputados falecidos:

- o Deputado Francisco de Almeida Monte, do Ceará, em 17 de março;
- o Deputado Nelson Monteiro, do Espírito Santo, em 8 de maio;
- o Deputado Francisco Gomes da Silva Prado, em 25 de maio.

Homenagens póstumas prestadas da tribuna fixaram nos Anais a dolorosa repercussão que nesta Casa teve o desaparecimento de outras figuras de proa do cenário nacional ou internacional, cumprindo ressaltar, pela emoção de que se revestiram as que reverenciaram

- o Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, figura apostolar do regime e padrão de virtudes pessoais e cívicas (25 de abril);
- o Dr. Levindo Eduardo Coelho, ex-Senador pelo Estado de Minas Gerais (8 de junho);
- o Sr. Dag Hammarskjöld, Secretário Geral da Organização das Nações Unidas e batalhador infatigável pela paz mundial, pranteado, ao ensejo do desastro aviatório que o vitimou, pelo mundo inteiro (19 de setembro);
- Dr. Roberto Silveira, Governador, em exercício, do Estado do Rio de Janeiro (12 de abril);
- Dr. Nero de Macedo Carvalho, ex-Senador pelo Estado de Goiás (20 de setembro)
- Dr. Durval Neves da Rocha, ex-Senador pela Bahia (12 de dezembro)

G.2 - FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES

O trabalho levado a efeito pelas Comissões pode ser numericamente assim representado:

370 reuniões;  
841 pareceres;  
68 projetos apresentados;  
328 emendas formuladas;

3;

Comissão Diretora

Reuniões 37  
Atos da Comissão Diretora 49  
Atas publicadas 36  
Nomeações interinas 77  
Nomeações efetivas 82  
Pareceres 78  
Projeto de Resolução 66

	<u>REUNIÕES</u>	<u>PROJ. RELATADOS</u>	<u>PARECERES</u>	<u>OF. RECEBIDOS</u>	<u>OF. EXP.</u>
Constituição e Justiça	44	160	164	39	-
Finanças	57	268	274	3	-
Economia	18	40	42	2	3
Serviço Público	26	31	33	4	-
Saúde Pública	6	7	7	1	2
Segurança Nacional	10	16	16	13	12
Educação	12	16	16	3	-
Relações Exteriores	32	40	40	7	-
Transportes	10	16	16	1	1
Agricultura	6	7	7	1	1
Legislação Social	15	28	28	2	1
Redação	40	120	120	-	-

25 Comissões de vetos 50 - Nº de trabalhos concluídos - 25

Comissão para emitir parecer sobre os documentos que instruem o Projeto de Resolução nº 5/61. 2 " " " " - 1

Comissão para emitir parecer sobre o PEC/6/61. 3 " " " " - 1

Comissão incumbida de emitir parecer sobre o PLC/94/61. 2 " " " " - -

Comissão de Reforma ao Regimento 2 " " " " - 1

Comissão incumbida de emitir parecer sobre o PEC/9/61. 1 " " " " - -

G.3 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Do volume do trabalho realizado pelos Serviços Auxiliares dão idéia os números que se vão ler.

I - Diretoria Geral da Secretaria

Portarias assinadas	210
Abonos de faltas	269
Assentamentos individuais	57
Alterações de nomes	2
Concessão de salário família	83
Contagem de tempo de serviço	65
Licenças	49
Ofícios expedidos	962
Ofícios recebidos	92
Telegramas expedidos	725

II - Secretaria Geral da Presidência:

Expediente recebido:

Ofícios	886
Cartas	594
Telegramas	3 433

Expediente encaminhado:

Ofícios	899
Cartas	1 219
Telegramas	403

Expediente elaborado:

Mensagens	55
Ofícios	127
Cartas	33
Cartões	1
Relatórios	1
Trabalhos dactilográficos	2 420
Trabalhos de mimeógrafo:	
stencils	220
cópias	11 960

III - DIRETORIAS

1) - ARQUIVO

Documentos arquivados:

proposições.....	726
Avulsos .....	1 565
órgãos especiais .....	13 204
pastas individuais .....	15
Anais .....	340
outros documentos .....	25

Requisições atendidas:

de proposições .....	27
de pastas individuais .....	3
de avulsos .....	1 127
de órgãos oficiais .....	720
de Anais .....	163

2) - ASSESSÓRIA

projetos estudados .....	226
subsídios para a elaboração de pareceres .....	528
estudos e subsídios para a elaboração de anteprojetos.	36
estudos, consultas e pesqui sas diversas .....	843
assistência à elaboração de relatórios a 20 (vinte) ve tos .....	20

3) - ATA

Atas elaboradas:

a) - de Senado

dactilografadas .....	245
impressas .....	243

b) - de Congresso Nacional

dactilografadas .....	42
impressas .....	42

Avulsos preparados .....	1 560
--------------------------	-------

BIBLIOTECA

Administração

Aquisições

	<u>Por compra</u>	<u>Por doação</u>
Livros .....	114 .....	251
Folhetos .....	2 .....	139
Periódicos .....	17 .....	755

Empréstimos e consultas

Requisições de empréstimos .....	457
Fichas de empréstimos elaboradas e arquivadas .....	1 362
Obras emprestadas e consultadas (livros, folhetos, pe- riódicos, volumes de Leis, Diários) .....	994

Relação dos assuntos consultados, em ordem decrescente

Legislação .....	425
Direito Constitucional .....	128
Direito Administrativo .....	64
História .....	54
Economia .....	39
Jornal do Commercio .....	27
Direito .....	26
Ciências Políticas .....	25
Direito civil .....	25
Administração Pública .....	20
Linguas (Dicionários, etc.) .....	20
Direito do Trabalho .....	17
Estatísticas .....	14
Literatura .....	14
Biografias .....	14
Ciências Sociais .....	11
Direito Judiciário .....	11
Direito Internacional público ..	10
Geografia .....	7
Obras gerais (enciclopédias, bi- bliografias) .....	6
Ciências puras .....	6
Ciências aplicadas .....	4
Direito privado .....	3
Direito comercial .....	3
Direito público .....	2
Direito penal .....	2
Educação .....	2
Comércio .....	2
Religião, Bem Estar Social e Ar- tes .....	3

Redações

a) Ofícios .....	49
b) Listas de frequência de pessoal .....	200
c) Cartões solicitando publicações .....	130
d) Cartões de agradecimento de doações .....	128
Distribuição de Anais do Senado .....	1 659 volumes
Distribuição de listas trimestrais das obras adquiridas .....	297 listas
Trabalhos passados no mimeógrafo para esta e outras Diretorias .....	437 trabalhos com 96 160 folhas

Serviço de Conservação

a) Vistorias em livros .....	18 000 volumes
b) Montagem de estantes vindas do Palácio Monroe ..	134 estantes
c) Em construção câmaras de expurgo, executadas pelo Conservador, seu Ajudante e o Sr. José ..	2 câmaras
d) Relação de Material de Desinfecção a ser adquirido no Rio .....	3

Referência Legislativa

Leis (Ementas) .....	96 fichas
Decretos executivos (Ementas) .....	1 020 "
Decretos do Conselho de Ministros (Ementas) ..	266 "
Decretos Legislativo .....	15 "
Emendas Constitucionais .....	5 "
Resoluções - Câmara e Senado .....	68 "
Portarias e Circulares da Presidência (Ementas) ..	487 "
Fichas desdobradas por assunto .....	7 468 "
Fichas retificadas .....	1 876 "
Comitês de Legislação (assuntos) .....	425
Atualização do índice de Legislação do Exército ..	1 267 fichas
Ordenação de Diários Oficiais, do Congresso Nacional e da Justiça para museio e encadernação .....	67 coleções

Classificação e catalogação

Fichas elaboradas .....	3 258
Fichas desdobradas .....	5 118
Fichas arquivadas .....	9 483
Livros registrados .....	401
Folhetos registrados .....	81
Periódicos registrados .....	772
Livros catalogados .....	931
Livros classificados .....	931
Etiquetas .....	9 704
Pesquisas bibliográficas .....	619
Obras consultadas .....	521

Publicações

Listas mimeografadas dos livros, folhetos e periódicos adquiridos pela Biblioteca .....	3
Bibliografias sôbre: Direito parlamentar; Direito de greve; Diretrizes e bases da educação nacional; Nacionalismo e nacionalização; Funcionamento das Comissões Legislativas em al-	

CONTABILIDADE

- 1) - Ofícios:
  - Expedidos - 49
  - Recebidos - 45
- 2) - Fôlhas de Pagamento:
  - de Senadores - 10
  - de Funcionários - 10
  - por sessões extraordinárias a funcionários - 8
  - por ajuda de custo a Senadores a contratados - 4
  - a funcionários - suplementar - 5
- 3) - Fichas Financeiras:
  - Senadores - 73
  - Funcionários - 555
  - Consignatários - 15
- 4) - Dados para declaração de Impôsto de Randa - 470
- 5) - Averbacões - 110
- 6) - Certidões - 110
- 7) - Fôlhas de Relações Analíticas de Descontos - 27

MOVIMENTO

- 1) Crédito especial aberto pela Lei n. 3 737 de 28-03-60 - "Despesas com a transferência do Senado Federal para Brasília".
  - documentos contabilizados..... 51
  - Saldo em 30/11/61.....Cr\$44.073.713,10
- 2) Dotação Orçamentária
  - Documentos contabilizados.....908
  - Saldo em 30/11/61.....Cr\$100.216.003,30
- 3) Verba para a construção do Edifício sede no Rio de Janeiro
  - Transferido para "Saldos Disponíveis" em 26/5/61.....Cr\$20.782.612,20

DIVERSOS

- Ofícios expedidos..... 7
- Vauchers confeccionados... 998
- Balancetes mensais..... 11
- Pedidos de material..... 5
- Fichas de contrôle de preços de mercadorias e fornecedores..... 1203
- de mercadorias..... 2152



PESSOAL

<u>Ofícios</u> {	expedidos .....	173
{	recebidos .....	47
<u>Certidões</u> .....		45
<u>Declarações</u> .....		300
<u>Nomeações lavradas</u>		
Interinas .....		71
Efetivas .....		85
<u>Termos de posse</u> .....		150
<u>Carteiras expedidas a</u>		
Funcionários .....		115
Senadores .....		9
<u>Requerimentos</u>		
Recebidos, .....		456
Despachados .....		512
<u>Informações prestadas a funcionários</u> sôbre		
sua vida funcional .....		68
<u>Curriculum vitae</u>		
Transcrições nos assentamentos..		553
Transcrições de atos nas pastas..		1.462
Pastas feitas .....		682
Levantamento de dados para promoções .....		10
Pastas refeitas .....		427
Listas de antiguidade para promoções .....		14
Quadro de funcionários .....		4
Comunicação e encaminhamento de vagas à Co- missão Diretora .....		14
Alterações encaminhadas à Contabilidade .....		67
Atos do Diretor Geral .....		102
Atos da Comissão Diretora .....		59
Atos do 1º Secretário .....		16
Atos da Diretoria do Pessoal .....		7
Portarias do Presidente do Senado .....		6
Portarias do Vice-Presidente .....		8
Portarias do 1º Secretário .....		19
Portarias do Diretor Geral .....		180
Comunicações de freqüência às Sessões Noturnas		65
Documentos arquivados .....		1.232

SERVIÇOS REALIZADOS NO FICHÁRIO GERAL DA  
DIRETORIA DO PESSOAL

Fichas elaboradas:

Atas da Comissão Diretora .....	36
Desdobramentos .....	254
Resoluções .....	65
Desdobramentos .....	70
Projetos de Resolução .....	67
Portarias do 1º Secretário .....	19
Portarias do Diretor-Geral .....	180
Fichas atualizadas .....	674
Fichas de gratificação adicional .....	92
Tempos de serviço despachados .....	107
Fichas de maioria .....	134
Fichas de salário-família .....	72
Fichas de frequência .....	619
Exonerações .....	17
Nomeações tornadas sem efeito .....	3
Títulos de nomeação .....	150
Cartões de ponto fornecidos .....	5.456

ATIVIDADES DO SERVIÇO MÉDICO-SOCIAL

	<u>Senadores</u>	<u>Funcionários</u>	<u>Jornalistas</u>
Consultas	224	2.380	5
Curativos	108	796	-
Injeções	379	2.179	4
Atestados	407	-	-
Medicamentos	297	2.855	12
Visita Médica Domi ciliar	.	1.481	-

Publicações

Anais do Senado : 14 a saber :

<u>ano</u>	<u>mês</u>	<u>volumes</u>
1957	fevereiro	1
	março	1
	junho	1
1959	março	1
	abril	1
	maio	1
	junho	1
	agosto	1
	setembro	1
	outubro	1
	novembro	2
1960	janeiro	1

Provas tipográficas revistas	-	3.591
Avulsos preparados e revistos	-	1.669

Taquigrafia

Discursos registrados	-	1.153
Falas da Mesa	-	177

H - T A R E F A R E A L I Z A D A

H.1 - TRABALHO CONSTITUINTE

De nove proposições tendentes a alterar a Constituição Federal se ocupou o Senado a saber:

Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1961 (Inclui alterações na parte relativa a organização do Distrito Federal, dos Estados e dos Territórios e dispõe sobre a fixação de vencimentos, subsídios e ajudas de custo em consequência da transferência da Capital da República para Brasília);

Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961 (Altera a redação dos arts. 25, 58, 60, 110 e do parágrafo único do art. 112), dis-  
pondo

I - quanto ao Distrito Federal:

- organização administrativa;
- escolha do Prefeito;
- competência tributária;
- criação de Sub-Prefeituras e seu provimento;
- competência do Prefeito para iniciativa de leis;
- orçamento;
- vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça;

II - quanto ao Congresso Nacional:

- composição da Câmara dos Deputados e do Senado;
- duração dos mandatos;

III - quanto ao Tribunal Superior Eleitoral:

- composição, modo de provimento dos cargos, competência para desafiar processos de apuração eleitoral, Corregedoria Geral;

IV - quanto aos Tribunais Regionais Eleitorais:

- escolha do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Regional;

V - extensão aos municípios das capitais e ao Distrito Federal a participação na distribuição da cota da imposto de renda a que se refere o § 4º, do art. 15 da Constituição.

Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961 (Dá nova redação ao § 1º do art. 191 da Constituição) - Aposentadoria do funcionário público que contar 30 anos de serviço;

Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961 (Dá nova redação ao item III do art. 95 da Constituição) - Irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados;

Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1961 (Institui o sistema parlamentar de governo);

Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1961 (Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios);

Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961 (Dá nova redação ao art. 63 da Constituição) - Competência do Senado para aprovar escolha de membros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Procurador Geral da República, de Ministros do Tribunal de Contas da União, do Prefeito do Distrito Federal, dos membros do Conselho Nacional de Economia, dos chefes de missão diplomática de caráter permanente; propor a exoneração de chefes de missão diplomática permanente; aprovar o estabelecimento, o rompimento e o reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros; autorizar empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961 (Acrescenta dispositivo ao art. 3º da Emenda Constitucional nº 4) - Exoneração, pelo Presidente da República, de chefes de missão diplomática de caráter permanente, quando proposta pelo Senado;

Projeto de Emenda à Constituição nº 9, de 1961 (Modifica o regimento de discriminação de rendas).

Dêsses projetos os de ns. 1, 5 e 6 procederam da Câmara dos Deputados, onde tinham, respectivamente, os ns. 11/61, 16/61 e 1/59; os de ns. 2, 3, 4, 7, 8 e 9 tiveram início no Senado, sendo seus primeiros signatários, respectivamente, os Srs. Senadores João Vilasboas, Gilberto Marinho, Brasília Celestino, Daniel Krieger (2) e Filinto Müller.

Dêlos, já chegaram a têrmo os de ns. 1, 5 e 6, transformando-se nas Emendas Constitucionais ns. 3, 4 e 5, respectivamente.

Merece especial referência o Projeto de nº 5, de 1961, que consubstanciou solução dada pelo Congresso Nacional, no pleno exercício do poder político, para a grave crise político-militar que agitou o país, de 25 de agosto a 7 de setembro, em consequência da renúncia do Presidente da República, Sr. Janio de Silva Quadros. Aprovando-o, em prazo singularmente curto (côrea de 48 horas), o Congresso - através da Emenda Constitucional nº 4 - instituiu no país o sistema parlamentar de govêrno, com isso amainando perigosa tempestade que se abatera sôbre a nação, pondo em risco as instituições democráticas.

De excepcional relevância para o Brasil foi também o Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1961 - transformado na Emenda Constitucional nº 5, em virtude do qual passaram os municípios a beneficiar-se do impôsto de transmissão de propriedade inter-vivos e a participar do de consumo, de cuja arrecadação a União lhes reservará 15%, para distribuição em partes iguais entre êles.

Por outro lado foi aumentada de 10 para 15% a cota da arrecadação do impôsto de renda que já lhes era destinada por força do dispositivo constitucional (art. 15, § 4º).

Êsses novos recursos encaminharão para as comunas brasileiras quantias ponderáveis, de sorte a possibilitar, nelas, um surto de progresso que ha de ser fator importante da prosperidade da nação, desde que tenham, de parte das administrações municipais, a aplicação criteriosa que delas esperam os legisladores brasileiros.

A fim de possibilitar a rápida tramitação dos Projetos de Emenda à Constituição ns. 5 e 6, de 1961, o Senado houve por bem dar-lhes rito especial, fora das normas previstas no Regimento.

H.2.1.1.2 - PRONUNCIAMENTO DO SENADO SÔBRE EMENDAS DA  
CÂMARA A PROJETOS DE SUA AUTORIA

3 projetos voltaram da Câmara emendados.

O pronunciamento do Senado foi:

- pela aprovação de 1 emenda, em 1 projeto.

H.2.1.2. - O SENADO COMO CASA REVISORA DE LEIS

Procedentes da Câmara dos Deputados, vieram ao Senado, para revisão, 177 projetos (ns. 26 a 202), dos quais:

118 receberam aprovação, sendo encaminhados à sanção (ns. 26,27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42,44, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110,111, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 128, 131, 132, 134, 139, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 163, 165, 166, 167, 168,169, 171, 174, 175, 177, 180, 182, 183, 184, 185, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201 e 202;

2 foram rejeitados (ns. 90 e 151);

17 retornaram à Casa de origem com emendas.

De sessões legislativas anteriores tiveram ultimado o estudo 67 projetos, a saber:

47 pela aprovação e remessa à sanção (ns. 85/55, 269/56,15/58, 86/59, 93/59, 94/59, 110/59, 129/59, 130/59, 17/60, 25/60, 29/60, 33/60, 38/60, 43/60, 48/60, 51/60, 61/60, 63/60,71/60, 75/60, 76/60, 77/60, 79/60, 95/60, 96/60, 99/60, 116/60,1/61, 2/61, 3/61, 4/61, 7/61, 8/61, 9/61, 11/61, 12/61, 13/61, 14/61, 15/61,16/61, 17/61, 18/61, 19/61, 20/61, 22/61,25/61;

6 pela rejeição;

14 pela devolução à Câmara com emendas do Senado.

H.2.2. - T A R E F A   L E G I S L A T I V A

INICIADA NO SENADO E CONTINUADA OU CONCLUÍDA  
PELA CÂMARA

H.2.2.1 - PROJETOS DE LEI DO SENADO APRECIADOS PELA  
CÂMARA

Como Casa Revisora, manifestou-se a Câmara dos Deputados sobre 5 projetos originários do Senado. O seu pronunciamento foi:

I - PROJETOS INICIADOS NESTA SESSÃO LEGISLATIVA

1 pela aprovação e remessa à sanção.

III - PROJETOS INICIADOS E REMETIDOS À CÂMARA EM  
SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

1 pela aprovação;

3 pela devolução ao Senado com emendas.

Permanecem em estudo na Câmara 125 projetos do Senado (10 desta sessão legislativa e 115 de sessões legislativas anteriores).



H.2.2.2 - EMENDAS DO SENADO APRECIADAS PELA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Teve a Câmara dos Deputados ensejo de se pronunciar sobre emendas do Senado a 17 projetos de sua autoria, na forma que abaixo se discrimina:

I - PROPOSIÇÕES DESTA SESSÃO LEGISLATIVA

<u>Nº DE EMENDAS</u>	<u>Nº DE PROJETOS A QUE FORAM APRESENTADAS</u>	<u>R E S U L T A D O</u>	
		<u>APROVADAS</u>	<u>REJEITADAS</u>
emenda subst.	21/61	emenda subst.	-
3	46/61	3	-
2	56/61	-	2
4	74/61	4	-
8	79/61	-	8
2	119/61	2	-
7.801	127/61		
69	133/61		

II - PROJETOS DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

II.1 - DEVOLVIDOS NESTA SESSÃO LEGISLATIVA

<u>Nº DE EMENDAS</u>	<u>Nº DE PROJETOS A QUE FORAM APRESENTADAS</u>	<u>R E S U L T A D O</u>	
		<u>APROVADAS</u>	<u>REJEITADAS</u>
3	65/60	3	-
emenda subst.	21/61	emenda subst.	-
3	46/61	3	-
2	56/61	-	2
4	74/61	4	-
8	79/61	-	8
2	119/61	2	-
7.801	127/61		
69	133/61		

II.2 - DEVOLVIDOS EM SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

<u>Nº DE EMENDAS</u>	<u>Nº DE PROJETOS A QUE FORAM APRESENTADAS</u>	<u>R E S U L T A D O</u>	
		<u>APROVADAS</u>	<u>REJEITADAS</u>
3	115/56	-	3
1	248/57	1	-
2	49/58	2	-
3	198/58	2	2
2	202/58	2	-
1 subst.	217/58	-	1 subst.
1	95/59	1	-
1	133/59	1	-

H.4 - TAREFA LEGISLATIVA QUE TEVE  
A COLABORAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

H . 4.1 - PROJETOS REMETIDOS A PRESIDÊNCIA DA  
REPÚBLICA

Ao Chefe do Poder Executivo o Congresso Nacional reme-  
teu, para a sua colaboração na tarefa legislativa corresponden-  
te, 135 projetos, dos quais coube ao Senado o encaminhamen-  
to de 130.

#### H.4.2 - PROJETOS SANCIONADOS

Receberam a sanção presidencial 103 projetos convertendo-se nas leis ns. 3.890 a 3.993.

Dêsses diplomas 2 tiveram o curso iniciado no Senado.

#### H.4.3 - PROJETOS VETADOS

Sôbre 22 projetos de lei o Chefe do Poder Executivo exerceu o seu poder constitucional de veto.

Em todos os casos, tratava-se de proposições de iniciativa da Câmara.

I.2 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO

63 projetos de resolução tiveram início (os de ns. 6 a 68) propostos:

- 8 pela Comissão de Constituição e Justiça;
- 1 pela Comissão de Finanças;
- 4 pela Comissão Diretora;
- 1 pela Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno;
- 8 por Senadores.

Diziam respeito:

- 7 à suspensão de leis inconstitucionais (ns. 13, 33, 36, 37, 38, 39 e 40);
- 4 a alterações do Regimento (ns. 7, 22, 63 e 68);
- 3 a alterações do Regulamento da Secretaria (ns. 35, 49 e 52);
- 5 a alterações do Quadro da Secretaria (ns. 11, 14, 16, 17 e 48);
- 35 a funcionários (ns. 6, 8, 10, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 41, 42, 43, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64 e 65); sendo
  - 15 de nomeação;
  - 1 de exoneração;
  - 10 de aposentadoria;
  - 7 - Diversos assuntos;

outras matérias (ns. 9, 12, 15, 20, 21, 44, 50 e 66)

Dessas proposições 46 já chegaram ao fim, pela aprovação (ns. 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 64 e 66), convertendo-se nas Resoluções (ns. 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65).

Continuam em estudo 17.

De sessões legislativas anteriores foram ultimados 20 projetos dessa natureza (ns. 44, 45, 46, 48, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, de 1960 e 1, 2, 5, de 1961), transformando-se nas Resoluções ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 28, 32, 33 e 45.

I.3 - RESOLUÇÕES

Foram promulgadas 58 resoluções pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência.

#### I.4 - REQUERIMENTOS

Totalizaram 481 os requerimentos formulados, obedecendo à seguinte discriminação:

##### A - REFERENTES A PROJETOS EM CURSO

- 26 de adiamento de discussão;
- 11 de adiamento de votação;
- 54 de dispensa de interstício;
- 72 de dispensa de publicação;
- 13 de remessa a determinada Comissão de projeto distribuído a outra;
- 1 de transferência de proposição de uma Comissão a outra por motivo de decadência do prazo para apresentação de parecer;
- 5 de retirada de projeto;
- 9 de retirada de emenda;
- 3 de tramitação em conjunto;
- 60 de urgência, sendo:
  - 24 da letra b do art. 330;
  - 36 da letra c do art. 330.

##### B - REFERENTES A SENADORES

- 7 de licença;
- 20 de autorização para aceitação e exercício de missões previstas no art. 49, da Constituição.

##### C - REFERENTES A OUTROS ASSUNTOS

- 96 de informações;
- 6 de não realização de sessões;
- 6 de designação de Comissões para representação externa do Senado;
- 3 de convocação de Ministros de Estado;
- 13 de homenagens de pesar.

OUTROS ASSUNTOS

## I.5 - REGIMENTO INTERNO

Pela Resolução nº 12, de 24 de abril, originária da Comissão de Constituição e Justiça (Projeto de Resolução nº 7/61), foram acrescidas ao art. 341 do Regimento os seguintes parágrafos:

- § 1º - O Senado preferida a sua aprovação sobre uma escolha, só se manifestará sobre outra, para o mesmo provimento, mediante nova mensagem, em que o Presidente da República justifique a substituição de nome proposto.
- § 2º - No caso de mais de uma indicação para o mesmo cargo, a Mesa do Senado solicitará ao Presidente da República definição expressa sobre a escolha.

Em 19 de junho o Sr. Senador Nogueira da Gama apresentou Projeto de Resolução nº 22, de 1961, em que, alterando os §§ 2º a 5º do art. 9º, os §§ 4º e 8º do art. 266 e o art. 275 propunha:

- 1) - novas normas para os casos de inconstitucionalidade parcial de projetos, susceptível de correção por meio de emendas supressivas ou substitutivas da disposição incriminada;
- 2) - interrupção da discussão no caso de apresentação de emendas em Plenário.

Em 29 de novembro, o Sr. Senador Alcysio de Carvalho também sugeria, através do Projeto de Resolução nº 63, de 1961, alterações na lei interna, visando a facilitar a elaboração orçamentária nos últimos dias de prazo a ela destinada.

Em virtude do Requerimento nº 375, de 1961, que o Senado aprovou em 28 de setembro, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, foi criada uma Comissão Especial para, no prazo de 60 dias, entre outras providências que especificou, elaborar a reforma do Regimento Interno, a fim de adaptá-lo ao sistema de governo parlamentar instituído pela Emenda Constitucional nº 4.

A Comissão, composta dos Srs. Senadores Menezes Pimentel (Presidente), Daniel Krieger (Relator), Gaspar Veloso, Horibaldo Viciara, Lima Teixeira, Argemiro de Figueiredo e Alcysio de Carvalho, apresentou em 6 de dezembro o seu trabalho, consubstanciado em Projeto de Resolução, que tomou o nº 68, de 1961.

Na justificação desse projeto, a Comissão ressalta a necessidade da revisão da lei interna, nas seguintes observações:

"A supressão do cargo de Vice-Presidente da República, cujo titular tinha, entre as suas atribuições, a de presidir o Senado; a competência dada a esta Casa para indicar o Presidente do Conselho de Ministros quando a Câmara dos Deputados tenha, por três vezes, recusado os nomes propostos pelo Presidente da República; a faculdade de se opor a composição do Conselho aprovada pela outra Casa; a transferência, para o Presidente do Conselho, de prerrogativas até então pertencentes ao Presidente da República e o direito, assegurado ao Presidente do Conselho, aos Ministros e aos Subsecretários de Estado, de participarem



das discussões em qualquer dos ramos do Congresso Nacional não podiam deixar de ter, na nossa lei interna, as correspondentes normas reguladoras".

Não se limitou, porém, a Comissão a essa tarefa de adaptação, conforme acentuou nas seguintes notas da parte inicial da justificativa do projeto:

"Aproveitando a oportunidade, julgou a Comissão aconselhável fazer um reexame geral da lei interna da Casa, a fim de, se necessário, nela introduzir novas modificações capazes de aperfeiçoá-la, sobretudo tendo em vista as propostas consubstanciadas no Projeto de Resolução nº 22, de 1961, de iniciativa do Sr. Senador Nogueira da Gama, e emendas que lhe foram oferecidas.

Dêsse estudo resulta o Projeto de Resolução, no qual, ao invés de um texto integral em substituição ao Regimento, se preferiu apresentar uma série de modificações julgadas necessárias ou aconselháveis, a fim de caracterizar melhor o que se pretende fazer, e, conseqüentemente, permitir ao Senado melhor exame de trabalho e mais seguro pronunciamento sobre ele. Aprovado, nos termos em que está formulado ou com as emendas que os Srs. Senadores julgarem oportuno sugerir, caberá a Mesa do Senado - conforme já previsto no art. 408 do Regimento vigente - fazer a consolidação dos textos que passarão a regular o trabalho da Casa".

O projeto apresentado pela Comissão mereceu em sessão no turno de 12 de dezembro a aprovação do Senado, com emenda formulada pelo Sr. Senador Vivaldo Lima, ampliadora das atribuições da Comissão de Relações Exteriores. Convertiu-se na Resolução nº 76, promulgada a 14 de dezembro e publicada a 15, data em que entrou em vigor.

I.6 - REGULAMENTO DA SECRETARIA

Por iniciativa do Sr. Senador Gilberto Marinho (Projeto de Resolução nº 63/60, que se converteu na Resolução nº 16, de 1961) foi alterado o art. 362 do Regulamento da Secretaria, a fim de se permitir que os órgãos da televisão pudessem credenciar, - como os da imprensa diária, as estações de rádio e as agências telegráficas - representantes junto ao Senado.

Essê dispositivo passou a ter a seguinte redação:

"Art. 362 - Os órgãos da imprensa diária, as estações de rádio e de televisão e as agências telegráficas poderão credenciar, cada qual um profissional, perante o Senado, o qual sera inscrito em livro próprio a cargo do Diretor Geral".

Em virtude do Projeto de Resolução nº 1/61, também de autoria do Sr. Senador Gilberto Marinho, transformado na Resolução nº 28, de 1961, e nº I do art. 245 do mesmo Regulamento (que manda contar em favor do funcionário do Senado tempo de serviço prestado a entidades do direito público) teve a sua redação substituída pela seguinte:

"I - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, prestado em órgão da administração direta, autarquias, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo poder público".

Iniciativa da Comissão Diretora, consubstanciada no Projeto de Resolução nº 11/61 e transformado na Resolução nº 26, de 1961, mudou a denominação dos cargos de "Diretor de Divisão" para a de "Vice-Diretor Geral".

Finalmente, em consequência da Resolução nº 51, de 1961, também originária da mesma Comissão (Projeto de Resolução nº 35/61) retirou-se da coluna de "Observações" do Quadro da Secretaria, em referência a cargos de Oficial de Ata, Oficial Bibliotecário e Oficial Arquivologista, a cláusula "extinto quando vagar".

Essas as alterações feitas no Regulamento da Secretaria na sessão legislativa que ora se encerra.

Outras foram propostas mas ainda não chegaram a término. Estas expressas nos seguintes Projetos de Resolução:

<u>Nº</u>	<u>Autor</u>	<u>Ementa</u>	<u>Apresentação</u>
15/61	Com. Diretora	Define, quanto a vencimentos e vantagens, a situação do funcionário do Senado posto à disposição de outro órgão do poder público.	30. 5.61
20/61	Com. Diretora	Dispõe sobre a estrutura administrativa do serviço de rádio difusão do Senado Federal.	8. 6.61
45/61	Sen. Gilberto Marinho	Dispõe sobre o encaminhamento de reclamações relativas ao não cumprimento de prazos.	19. 9.61
52/61	Sen. Vivaldo Lima	Altera o disposto no art. 4º, - item I, da Resolução nº 24, de 1960 (a fim de restabelecer a	

J - TAREFA JURISDICCIONAL

J.1 - ESCOLHA DE AUTORIDADES

Pronunciou-se o Senado sobre 29 nomeações que dependiam da sua prévia aquiescência, nos termos do art. 63, nº I, da Constituição, a saber:

- Ministro do Supremo Tribunal Federal ..... 1
- Chefes de Missões Diplomáticas do Brasil junto a governos estrangeiros ..... 25
- Ministro do Tribunal de Contas da União ..... 1
- Prefeito do Distrito Federal ..... 1
- Procurador Geral da República ..... 2
- Ministro do Tribunal de Contas ..... 1

Em um caso deixou de ser aprovada (sessão de 6 de junho) a escolha que dizia respeito à chefia de Missão Diplomática.

Três propostas foram tornadas sem efeito antes do pronunciamento do Senado:

- uma do governo cujo mandato terminara a 31 de janeiro (Mensagem nº 39/61, cancelada pela de nº 45/61), destinada a preencher vaga no Conselho Nacional de Economia;
- duas do governo instaurado a 31 de janeiro, ambas referentes a Chefes de Missões Diplomáticas (Mensagens ns. 4/61 e 93/61, respectivamente).

A propósito de nova proposta formulada pelo governo (Mensagem nº 76/61) para vaga no Tribunal de Contas da União, para a qual já havia sido dada a concordância do Senado a nome escolhido pelo governo anterior (Mensagem nº 41/61) aprovada em 2 de fevereiro, sem que a nomeação chegasse a ser levada a efeito, julgou a Mesa oportuno pedir o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, o que fez pelo ofício nos seguintes termos:

"Senado Federal                      Gabinete do Vice-Presidente  
 Ao Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Diante da circunstância de haver o Senado Federal aprovado a escolha de outro nome para o mesmo cargo no Tribunal de Contas da União, solicito o pronunciamento da dita Comissão de Constituição e Justiça quanto aos critérios de conduta do Senado no caso atual e em futuros de igual natureza.

Auro Moura Andrade  
 Em 11.4.61".

Estudando a matéria aquele órgão emitiu o Parecer nº --- 97/61, assim formulado:

"Parecer nº 97, de 1961

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre a consulta feita pelo Senador Moura Andrade, Presidente do Senado, em exercício, sobre a conduta do Senado em face da indicação constante da Mensagem nº 76, de 1961, do Senhor Presidente da República para provimento de uma vaga de Ministro do Tribunal de Contas, dada a circunstância de já haver o Senado aprovado

Relator: Senhor Milton Campos

Como se vê da Consulta e da Mensagem nº 76/61, que a acompanha, deseja-se o pronunciamento desta Comissão de Constituição e Justiça sobre a conduta do Senado em face da indicação que acaba de ser feita pelo Senhor Presidente da República para provimento de uma vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União, dada a circunstância de já haver o Senado aprovado a escolha de outro nome para o mesmo cargo.

Efetivamente, nos últimos dias do passado governo, fôra feita indicação de um nome para a vaga ocorrente naquele Tribunal. Já no governo novo, o Senado aprovou essa indicação. Mas o Senhor Presidente da República, em vez de fazer a nomeação, submeteu ao Senado um outro nome.

A Mensagem nº 76 funda-se expressamente no art. 76, § 1º da Constituição, que estabelece o processo para a nomeação dos membros do Tribunal de Contas:

"Os Ministros do Tribunal de Contas são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal".

O Ministro do Tribunal de Contas está, assim, entre aqueles altos funcionários para cuja nomeação a Constituição exige o concurso do Senado e que vêm mencionados no art. 63, nº I, a saber: O Procurador Geral da República, os Ministros do Tribunal de Contas, o Prefeito do Distrito Federal, os membros do Conselho Nacional de Economia e os chefes de missão diplomática de caráter permanente. A essa enumeração cumpre acrescentar os Ministros do Supremo Tribunal Federal (art. 99) e os Juizes do Tribunal Federal de Recursos (art. 103), cujas nomeações obedecem ao mesmo processo:

"... nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal".

Vê-se, portanto, que a nomeação dos Ministros do Tribunal de Contas da União e dos demais titulares acima mencionados está sujeita a processo que se desdobra em três fases:

- primeiro, a escolha do Presidente, que a submete ao Senado;
- depois, a apreciação do Senado;
- por último, a nomeação, feita em seguida pelo Presidente da República.

Eis aí, tipicamente um ato administrativo complexo, o qual se contrapõe, na doutrina corrente do Direito Administrativo, ao ato administrativo simples. Em ambos se concretiza a manifestação da vontade da administração. Mas, enquanto nestes a manifestação da vontade se completa com a regular expedição do ato pelo órgão competente, naquêles ela só se aperfeiçoa após o percurso indicado na lei, ou depois de regularmente atendidos os vários elementos que a integram. Por isso, o tema da revogabilidade do ato administrativo suscita dúvidas quando se trata de ato simples, mas, em se tratando administrativo complexo, convergem as opiniões no sentido de admitir-se sempre a revogação, que é mais propriamente frustração, enquanto êle se completa.

Não se contesta que mesmo depois de nomeado um funcionário, pode a administração cancelar o ato antes que êle

produza os seus efeitos pela posse do nomeado. Só a regular investidura no cargo atribui ao servidor escolhido os direitos subjetivos capazes de vincular a Administração, impedindo a esta a revogação e apenas lhe concedendo a faculdade, nos casos normais, de praticar, não um ato revogatório, mas ato novo de demissão. Se assim é, relativamente a atos administrativos simples, com maioria de razão assim há de ser em se tratando de ato administrativo complexo, não aperfeiçoado pela integração de todos os seus elementos componentes. Se o processo se interrompe no curso da elaboração do ato, o ato não existe e entende-se que não se completou a vontade fixa da Administração, do mesmo modo como, no indivíduo, a vontade real em elaboração pode, enquanto não se concretiza em ato ou manifestação adequada, ser interrompida ou tornar-se frusta pelo arrependimento tempestivo.

Na espécie foi isto que se deu. Não se completaram as três fases em que o ato de nomeação se decompõe, cada uma delas envolvendo uma faculdade discricionária. A Administração fez, preliminarmente, uma escolha, que podia recair neste ou naquele. O Senado tinha o arbítrio de aprovar ou rejeitar a indicação. Se rejeitasse, o ato se frustraria. Se aprovasse, como aprovou, poderia a Administração completar o ato com a nomeação como também poderia recuando em tempo, interromper o processo e renová-lo mediante outra indicação. Assim se acautela o caráter discricionário ou facultativo com que operam, um diante do outro, os dois órgãos que estão constitucionalmente incumbidos do ato complexo da nomeação. O Senado não está adstrito à escolha do Presidente da República, que não o obriga. Também a aprovação do Senado não obriga o Presidente da República, mas apenas lhe faculta completar o ato com a nomeação.

No regime constitucional vigente, o primeiro movimento, emanado do Poder Executivo, não é uma nomeação, mas uma simples proposta, que pode ou não ser aceita pelo Senado e que, se aceita pelo ou não ser completada pela nomeação.

Nesse particular, houve inovação muito significativa na Constituição de 1946. Antes dela, a tradição do direito constitucional pátrio era a nomeação primeiramente feita pelo Presidente da República, para se completar e tornar-se válida na hipótese da aprovação do Senado. Eis o texto de 1891, quando o art. 48, nº 12 da Constituição, atribuía ao Presidente da República a competência para

"nomear os membros do Supremo Tribunal Federal e os Ministros diplomáticos, sujeitando a nomeação à aprovação do Senado".

No mesmo sentido, os textos da Constituição de 1934, quer quanto ao Prefeito do Distrito Federal (art. 15), quer quanto aos Ministros do Supremo Tribunal e do Tribunal de Contas, ao Procurador Geral da República e aos chefes de missões diplomáticas (arts. 74 e 90, inciso a). E a carta outorgada em 1937 dispunha do mesmo modo em relação aos Ministros do Supremo Tribunal e aos membros do Tribunal de Contas (arts. 98 e 114).

Então, sim: o que o Presidente da República fazia era, desde logo, a nomeação, a qual prevaleceria se completa da com a aprovação do Senado. O que se submetia ao Senado não era uma simples escolha, proposta ou indicação.

Era já a nomeação. O ato administrativo se decompunha, então, em duas fases apenas: primeiro, a nomeação; depois, a aprovação do Senado, que a aperfeiçoava. A Constituição de 1946 alongou o processo, que se inicia pela simples indicação, passa pela apreciação do Senado, e, finalmente, se conclui pela nomeação. Não só alongou o processo como lhe alterou a natureza. O que antes era nomeação passou apenas a ser proposta, e a nomeação, que era o primeiro impulso do ato complexo, passou a ser o último movimento; e a aprovação do Senado, que era a complementação aperfeiçoadora do ato transformou-se em elemento intermédio, essencial no acabamento do ato, mas não suficiente para aperfeiçoá-lo.

As considerações até aqui feitas pressupõem o processo de nomeação desenvolvido sob um mesmo Governo. Pretendeu-se, como parece resultar dos termos da consulta, não atender particularmente à hipótese, que no caso ocorreu, de, no curso do processo e antes que completasse a nomeação, haver mudança de Governo. Essa circunstância não altera fundamentalmente o raciocínio, antes o princípio da continuidade da Administração, que tem caráter próprio e continua sempre a mesma, embora mudem os agentes.

Entretanto, a hipótese assinalada robustece a conclusão. Entre os cargos cujo provimento depende do pronunciamento do Senado, alguns existem que são de confiança e a confiança pressupõe que se tenha em vista a pessoa do agente da Administração. Por isso, a confiança, que existe da parte de um agente, pode não existir da parte do outro. No caso de mudança de Governo, a confiança do que sai haverá necessariamente de impôr-se ao que entra?

Figuremos a hipótese de um Prefeito do Distrito Federal ou de um Embaixador, escolhido por um Presidente da República e aprovado pelo Senado sem tempo para que o primeiro completasse a nomeação. Estaria o novo Presidente, que defrontasse essa situação, obrigado a nomear, isto é, a ter confiança pessoal no funcionário assim escolhido por outro? A resposta afirmativa apontaria a natureza das funções a serem exercidas.

Esse argumento, que é meramente circunstancial, não se aplica ao caso, porque aqui se trata de nomeação para cargo vitalício e não para cargo de confiança. Mas então surgiria outra conjectura. Admita-se a hipótese (que não se aplica à espécie em exame, mas que se considera em tese) de, após a aprovação do Senado, aparecerem provas ou indicações de faltarem ao escolhido requisitos de ordem moral ou intelectual. O Presidente, ainda que seja o mesmo autor da proposta, fica obrigado a efetivar a nomeação e impedido de promover para o cargo provimento mais adequado?

Essas indagações vêm mostrar, nos domínios da prática administrativa, que havia razões óbvias para a inovação introduzida na matéria pela Constituição vigente.

Em face das razões expostas, conclui-se que, continuando vago o lugar de Ministro do Tribunal de Contas da União, deve o Senado apreciar normalmente a Mensagem nº 76/61, do Sr. Presidente da República, que indica o titular por ele escolhido para o cargo. Isto sem ônus de ter havido anterior aprovação de outro nome, uma vez que essa aprovação não obrigava o Sr. Presidente da República na sua atribuição de complementar, pela nomeação, o ato administrativo que já fôra iniciado, mas que, por não se ter

Era já a nomeação. O ato administrativo se decompunha, então, em duas fases apenas: primeiro, a nomeação; depois, a aprovação do Senado, que a aperfeiçoava. A Constituição de 1946 alongou o processo, que se inicia pela simples indicação, passa pela apreciação do Senado, e, finalmente, se conclui pela nomeação. Não só alongou o processo como lhe alterou a natureza. O que antes era nomeação passou apenas a ser proposta, e a nomeação, que era o primeiro impulso do ato complexo, passou a ser o último movimento; e a aprovação do Senado, que era a complementação aperfeiçoadora do ato transformou-se em elemento intermédio, essencial no acabamento do ato, mas não suficiente para aperfeiçoá-lo.

As considerações até aqui feitas pressupõem o processo de nomeação desenvolvido sob um mesmo Governo. Pretendeu-se, como parece resultar dos termos da consulta, não atender particularmente à hipótese, que no caso ocorreu, de, no curso do processo e antes que completasse a nomeação, haver mudança de Governo. Essa circunstância não altera fundamentalmente o raciocínio, antes o princípio da continuidade da Administração, que tem caráter próprio e continua sempre a mesma, embora mudem os agentes.

Entretanto, a hipótese assinalada robustece a conclusão. Entre os cargos cujo provimento depende do pronunciamento do Senado, alguns existem que são de confiança e a confiança pressupõe que se tenha em vista a pessoa do agente da Administração. Por isso, a confiança, que existe da parte de um agente, pode não existir da parte de outro. No caso de mudança de Governo, a confiança do que sai haverá necessariamente de impôr-se ao que entra?

Figuremos a hipótese de um Prefeito do Distrito Federal ou de um Embaixador, escolhido por um Presidente da República e aprovado pelo Senado sem tempo para que o primeiro completasse a nomeação. Estaria o novo Presidente, que defrontasse essa situação, obrigado a nomear, isto é, a ter confiança pessoal no funcionário assim escolhido por outro? A resposta afirmativa apontaria a natureza das funções a serem exercidas.

Esse argumento, que é meramente circunstancial, não se aplica ao caso, porque aqui se trata de nomeação para cargo vitalício e não para cargo de confiança. Mas então surgiria outra conjectura. Admita-se a hipótese (que não se aplica à espécie em exame, mas que se considera em tese) de, após a aprovação do Senado, aparecerem provas ou indicações de faltarem ao escolhido requisitos de ordem moral ou intelectual. O Presidente, ainda que seja o mesmo autor da proposta, fica obrigado a efetivar a nomeação e impedido de promover para o cargo provimento mais adequado?

Essas indagações vêm mostrar, nos domínios da prática administrativa, que havia razões óbvias para a inovação introduzida na matéria pela Constituição vigente.

Em face das razões expostas, conclui-se que, continuando vago o lugar de Ministro do Tribunal de Contas da União, deve o Senado apreciar normalmente a Mensagem nº 76/61, do Sr. Presidente da República, que indica o titular por ele escolhido para o cargo. Isto sem embargo de ter havido anterior aprovação de outro nome, uma vez que essa aprovação não obrigava o Sr. Presidente da República na sua atribuição de complementar, pela nomeação, o ato administrativo que já fôra iniciado, mas que, por não se ter

aperfeiçoado, não chegou a existir,

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1961. - Jefferson de Aguiar, Presidente. - Milton Campos, Relator. - Barros de Carvalho, de acôrdo, em consonância com o projeto de Resolução. - Aloysio de Carvalho Filho. - Daniel Krieger. - Nogueira da Gama, de acôrdo com o voto do Senador Barros de Carvalho. - Heribaldo Vieira. - Silvestre Péricles, vencido, nos termos do meu voto em separado e de acôrdo com o projeto de Resolução. - Ary Vianna, vencido."

Da apreciação da matéria naquêlo órgão, resultou a apresentação, pelo Sr. Nogueira da Gama, do Projeto de Resolução que, adota do pela Comissão, tomou em Plenário o nº 7/61, transformado depois na Resolução nº 12, de 1961, através da qual ficou estabelecida a orientação a seguir em casos dessa natureza.



J.2 - SUSPENSÃO DE ATOS INCONSTITUCIONAIS

18 Resoluções (ns. 1, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 15, 17, 32, 33, 34, 44, 45, 47, 48 e 52) todas de iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça, suspenderam a execução de atos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Diziam respeito

	<u>Suspensão total</u>	<u>Suspensão parcial</u>
Dispositivos de constituições estaduais		3 Resoluções (Constituições do Piauí Ceará e Rio Grande do Sul)
Leis estaduais	3 Resoluções (Leis dos Estados do Pará 1 de Pernambuco 1 de Goiás 1)	7 Resoluções (Leis dos Estados do Paraná 2 do Rio Grande do Norte 1 do Rio de Janeiro 1 de Minas Gerais 1 de Santa Catarina 2)
Decretos-leis estaduais	2 Resoluções Rio Grande do Norte 1 Rio Grande do Sul 1	
Decretos estaduais		1 Resolução (Pernambuco)
Leis Municipais		1 Resolução (Santo Ângelo - Rio Grande do Sul)
Decretos municipais		1 Resolução (Parnaíba - Piauí).

Em 6 casos tratava-se de projetos formulados nesta sessão legislativa; nos demais, de projetos oriundos de sessões anteriores.

Os diplomas legislativos que tiveram a execução suspensa foram:

I - Constituições estaduais

<u>E S T A D O</u>	<u>Dispositivo</u>	<u>Resolução</u>	
		<u>Nº</u>	<u>Data</u>
<u>Piauí</u>	parágrafo único de art. 68	1/61	25. 1.61
<u>Ceará</u>	nº XIX de art. 34 art. 104	5/61	9. 3.61
<u>Rio Grande do Sul</u>	art. 160	48/61	14. 9.61

II - Leis estaduais

<u>Rio Grande do Norte</u>	Lei nº 1 027, de 11.12.1953 (totalidade)	7/61	9. 3.61
<u>Rio Grande do Norte</u>	Lei nº 146, de 23.12.1948 (parte)	14/61	9. 5.61
<u>Pernambuco</u>	Lei nº 41, de 11.12.1947 (totalidade)	32/61	26. 7.61
<u>Minas Gerais</u>	Lei nº 850, de 26.12.1951	34/61	26. 7.61
<u>Goiás</u>	Lei nº 2 362, de 9.12.1958	17/61	18. 5.61
<u>Rio de Janeiro</u>	Lei nº 49-A, de 6.12.1947 (art. 14, §§ 1º e 2º)	33/61	26. 7.61
<u>Paraná</u>	Lei nº 14, de 18.11.1958 (totalidade)	9/61	19. 4.61
<u>Paraná</u>	Decreto-lei nº 650, de 20.6.1947 (§ 2º de art. 1º)	10/61	19. 4.61
<u>Paraná</u>	Lei nº 64, de 21.2.1948 (art. 57, III)	4/61	9. 3.61
<u>Santa Catarina</u>	Lei nº 380, de 19.12.1958 (parte)	44/61	28. 8.61
<u>Santa Catarina</u>	Lei nº 380, de 19.12.1958	45/61	28. 8.61
<u>Rio Grande do Sul</u>	Decreto-lei nº 635, de 11.12.1942	47/61	14. 9.61

III - Decretos estaduais

E S T A D O

Dispositivo

Resolução  
Nº      Data

Pernambuco

Decreto nº 457,  
de 22.1.1950  
(letra d de art. 2º)

6/61      9. 3.61

IV - Leis municipais

Rio Grande do Sul

Lei nº 53,  
de 22.11.1958,  
de Município de  
Santo Ângelo

52/61      9.11.61

V - Decretos municipais

Piauí

Decretos ns. 25 e  
29, de 1955, de  
Parnaíba

15/61      9.5 .61

J.3 - AUTORIZAÇÃO DE GARANTIAS DE ESTADO

A EMPRÉSTIMO EXTERNO

Pela Resolução n. 62, de 1961, promulgada em 7 de dezembro o Senado concedeu a autorização que lhe pediu o Govêrno da Bahia para assumir êsse Executivo estadual, perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento, as obrigações e responsabilidades necessárias à efetivação e resgate de um empréstimo até o limite de Cr\$ 1.200.000.000,00 ( um milhão e duzentos milhões de cruzeiros), ou o correspondente em moeda estrangeira, ao câmbio vigente à data da operação, com prazo de liquidação não inferior a 15 anos, juros e comissão não inferiores a 5% ao ano, que a Superintendência de Águas e Esgotos do Recôncavo, entidade autárquica do mesmo Estado, pretende contratar para ampliação do sistema de abastecimento de água à cidade de Salvador.

Após a publicação desse ato, chegou ao Senado officio do Sr. Governador da Bahia solicitando fosse feita nos seus termos modificação que se tornara necessária a fim de tornar possível a realização da operação.

Tomando em consideração o pedido, a Comissão propôs e o Senado aprovou nova Resolução, que tomou o n. 74, promulgada em 13.12.61.

## K. TAREFA ADMINISTRATIVA

### K.1 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Decorreu com perfeita regularidade a administração interna da Casa, orientada pela Comissão Diretora e tendo como órgão executivo o Primeiro Secretário, Sr. Senador Cunha Mello, cuja ação se exerce através do Diretor Geral da Secretaria.

No ano que termina caracterizou-se o esforço da Comissão Diretora em completar o equipamento dos serviços, atendendo às necessidades que apresentavam, em sua maior parte decorrente da mudança do Senado para a nova capital da República e a sua instalação em um edifício-sede de área muitas vezes maior que a do Palácio Monroe, dividido em dois blocos, separados por distância não pequena.

A organização e o funcionamento dos serviços auxiliares tiveram, de parte do órgão executivo da Casa atento cuidado, sendo tomadas medidas tendentes a dar-lhes maior eficiência.

Por outro lado, cuidou a Administração do restabelecimento do espírito de disciplina e hierarquia que as condições especiais em que se desenvolveram os trabalhos da Casa após a mudança haviam perturbado.

Atendendo a solicitação do Estado Maior das Forças Armadas e tendo em vista não haver a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara manifestado a intenção de ocupar o Palácio Monroe, posto à sua disposição pela Resolução n. 44, de 1960, o Senado deliberou (Resolução n. 18, de 1961 promulgada em 29 de maio, ceder àquela alta entidade militar, a título precário, a posse dos 2º, 3º e 4º pavimentos da sua antiga sede, no referido Estado.

Reservou o Senado, para seu uso, todas as dependências do pavimento térreo e uma das garagens do imóvel em apreço.

Pela Resolução n. 21, de 1961, promulgada em 21.6.1961, foi criado um cargo de Inspetor de Segurança, PL-8, para aproveitamento de Francisco Louzada, que deixara de ser nomeado para o Senado ao entrar em vigor a Resolução n. 6/60, embora estivesse à disposição do Senado e satisfizesse os requisitos constantes do art. 392, conforme parecer proferido pela Comissão de Constituição e Justiça em 27.6.1960.

Pela Resolução nº 26, de 18.7.1961, foi restabelecida, para os cargos de "Diretor de Divisão", a antiga denominação de "Vice-Diretor Geral".

A Resolução nº 2, de 1961, promulgada em 9 de fevereiro, estendeu aos servidores ativos e inativos do Senado o aumento concedido ao funcionalismo do Poder Executivo pela Lei nº 3 826, de 1960.

A de nº 3, de 1961, promulgada em 10 de fevereiro, colocou em disponibilidade os funcionários que se achavam no Rio de Janeiro, impossibilitado de se transferirem para Brasília por motivos reconhecidos justos pela Comissão Diretora, após o exame de cada Casa.

Posteriormente, êsses funcionários foram incluídos em Quadro Anexo, tendo a Resolução nº 33, de 21 de junho de 1961, ao dispor sobre o assunto, o seguinte:

"Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu Auro Moura Andrade, Vice-Presidente no exercício da Presidência, nos termos do art. 47, letra p, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N. 23, DE 1 961

Dispõe sobre a situação dos funcionários da Secretaria do Senado que se encontram impedidos e em disponibilidade e dá outras providências.

Art. 1º - Os funcionários relacionados nominalmente em anexo e que, por força das Resoluções ns. 10 de 1960 e 3, de 1961, se encontram impedidos e foram postos em disponibilidade passam a constituir um Quadro Anexo ao do pessoal da Secretaria do Senado Federal, considerando-se vagas, para efeito de provimento, os cargos de que eram titulares.

Art. 2º - O tempo de serviço dos funcionários do Quadro Anexo é considerado para o efeito de estabilidade, gratificação adicional e aposentadoria.

Art. 3º - Aos funcionários integrantes do Quadro Anexo, além das vantagens pecuniárias que atualmente percebem, serão concedidos os aumentos gerais de vencimentos do funcionalismo do Senado Federal, continuando a sua remuneração a ser paga pela Contabilidade do Senado.

§ 1º - O disposto neste artigo não confere a percepção de quaisquer das vantagens atribuídas aos funcionários pelo exercício em Brasília, especialmente ajuda de custo de três meses e remuneração e contagem de tempo de serviço em débito.

§ 2º - Aos funcionários que, por quaisquer motivos, não tiveram exercício em Brasília, não se aplica a Resolução n. 9, de 1960, sendo a ajuda de custo de sua remoção a normalmente concedida ao funcionalismo público da União.

Art. 4º - O funcionário incorporado ao Quadro Anexo de que trata esta Resolução, poderá, em qualquer tempo e havendo vaga, obter o seu aproveitamento no serviço do Senado Federal, de categoria idêntica e de padrão igual ao que exercia à data da criação do Quadro Anexo desde que o requiera, comprovada a definitiva cessação dos motivos determinantes de seu impedimento para servir em Brasília:

Art. 5º - A Comissão Diretora poderá ex-officio, verificar se persistem ou cessaram para os funcionários de que trata esta Resolução, os impedimentos decorrentes da Resolução n. 10 de 1960, promovendo as medidas que se fizerem necessárias à correção de cada caso, mediante o retorno do funcionário ao Quadro Permanente.

Art. 6º - A Comissão Diretora designará funcionário do Quadro Anexo, ocupante de cargo de direção cu, na falta deste, escolhido dentre os de mais alta hierarquia, para dirigir os demais servidores integrantes desse quadro, baixando, ainda, instruções reguladoras das atribuições que lhes devam caber, respeitadas as situações de impedimento reconhecidas pelo Senado nos termos da Resolução n. 10, de 1 960.

Art. 7º - Nenhum funcionário do Quadro Anexo, mesmo cessado seu impedimento, poderá retornar ao Quadro Permanente quando faltarem três anos, ou menos, para a sua aposentadoria, computados todos os períodos para tanto admitidos em lei.

ves o disposto no art. 381 da Resolução n. 6, de 1 960.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogados os artigos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º da Resolução n. 10, de 1 960, a Resolução n. 3, de 1 961, e demais disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de junho de 1 961.

Auro Moura Andrade  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência "

FUNCIÓNÁRIOS DA SECRETARIA DO SENADO FEDERAL  
LOTADOS NO QUADRO ANEXO

NÚMERO - NOME	FUNÇÃO	SÍMBOLO
1 Maria Tavares Barreto Coelho	Diretora	PL-1
2 Arlete de Medeiros Alvim	Oficial Legislati-	PL-3
3 Dulce Barbosa da Cruz	Oficial Legislativo	PL-3
4 Arlete Brêtas de Nascimento	Oficial Legislativo	PL-4
5 Irene Macedo Ludolf	Oficial Legislativo	PL-4
6 Adalgisa de Vasconcelos Gon-	Oficial Legislativo	PL-6
calves Lima		
7 Benedita Pinto Arruda	Oficial Legislativo	PL-6
8 Cirone Freitas Ferreira	Oficial Legislativo	PL-6
9 Erzila Luiza de Souza Mendonça	Oficial Legislativo	PL-6
10 Helena Salvo Legeiro	Oficial Legislativo	PL-6
11 Marion Austrogésilo de Athayde	Oficial Legislativo	PL-6
12 Maria de Maracajá Daltro	Oficial Legislativo	PL-6
13 Nathércia Silva de Sá Leitão	Oficial Legislativo	PL-6
14 Alvo Lirio Verissimo Theophile	Oficial Legislativo	PL-7
15 Bibiana de Paula de Marsillac	Oficial Legislativo	PL-7
16 Elza Alves Vasconcelos	Oficial Legislativo	PL-7
17 Lia Pedorneiras de Faria	Oficial Legislativo	PL-7
18 Maria Luiza Müller de Almeida	Oficial Legislativo	PL-7
19 Pedro de Carvalho Müller	Oficial Legislativo	PL-7
20 Adahy Barberena de Castro	Oficial Legislativo	PL-8
21 Ana Maria Sobral Teixeira Soares	Oficial Legislativo	PL-8
22 Branca Lirio Lima	Oficial Legislativo	PL-8
23 Carmem Lúcia de Holanda Caval-	Oficial Legislativo	PL-8
canti Vilhena		
24 Lia da Cunha Fortuna	Oficial Legislativo	PL-8
25 Onilda Rodrigues de Mello Souza	Oficial Legislativo	PL-8
26 Ernestina de Souza Mendes	Auxiliar Legislativo	PL-9
27 Denasa Xavier Buzerra	Auxiliar Legislativo	PL-10

NÚMERO - NOME	FUNÇÃO	SÍMBOLO
30 Therezinha de Melo Bobany	Taquígrafa Revisora	PL-2
31 Vera Moreira Eriksen	Taquígrafa Revisora	PL-2
32 Joaquim Corrêa de Oliveira Andrade	Taquígrafo	PL-3
33 Aey Faria de Arruda	Taquígrafa	PL-6
34 Aurea Carneiro da Cunha	Taquígrafa	PL-6
35 José Arthur Alves da Cruz Rios	Assessor Legislativo	PL-3
36 Thomaz Pampou de Accioly Bor- gos	Assessor Legislativo	PL-3
37 Helena Collin	Oficial Arquivologista	PL-3
38 Eleonora Duse Villasboas de <u>N</u> <u>r</u> onha Luz	Oficial Bibliotecário	PL-3
39 Myriam Côrtes Greig	Oficial Bibliotecário	PL-6
40 Caio Cesar de Menezes Pinheiro	Redator	PL-3
41 Julieta Lovatini	Redatora	PL-4

No decorrer desta sessão legislativa vagou o cargo de Diretor Geral, em virtude da aposentadoria de Dr. Luiz Nabuco.

Viu-se, assim, a Casa privada de um grande servidor, cuja carreira com mais de quarenta anos de serviço ininterrupto, mereceu ser apontada como padrão para quantos ingressem no serviço público.

Luiz Nabuco não foi apenas uma das mais nobres expressões do funcionalismo público, destacando-se por uma inextinguível dignidade pessoal e funcional; foi, também, um grande administrador que se impunha ao apreço e à admiração de todos pela respeitabilidade que caracterizava todos os seus atos.

Sucedeu-lhe, no cargo, o Dr. Evandro Mendes Vianna, que já o vinha exercendo como substituto desde abril do ano passado. É, também, uma alta expressão do funcionalismo, com uma fôlha de grandes serviços ao Senado e ao país.

Outro antigo e devotado servidor, pertencente à equipe de direção dos serviços, também se afastou do Senado, pela aposentadoria - o Sr. Francisco Bevilaqua, Diretor da Ata.

Durante a sessão legislativa que ora se encerra registram-se mais as seguintes alterações no funcionalismo da Casa:

#### APOSENTADORIAS

Lourival Câmara      Taquígrafa Revisor      Res.8/61, de 12.4.61  
PL-2

Reginaldo de Azevedo      Inspetor de Segurança      20/61, de 16.6.61  
PL-9



Irene Macedo Ludolf	Oficial Legislativo PL-4	Res. 41/61 de	24.8.61
Odete Lopes de Almeida	Enfermeira - PL-7	42/61	24.8.61
Djalma Magano	Ajudante de Porteiro PL-7	43/61	27.8.61
Deusdedit de Araujo Silva	Ajudante de Porteiro PL-7	49/61	28.9.61
Romeu Bethani	Guarda de Segurança PL-9	54/61	29.11.61
Francisco Bevilaqua	Diretor- PL-1	55/61	29.11.61
Waldemiro Souza Rocha	Guarda de Segurança PL-9	56/61	29.11.61

AUTORIZAÇÃO PARA ACEITAR MISSÃO NO ESTRANGEIRO

João Baptista Castejon Branco	XVI Assembléia Geral da ONU.	Res. 50/61 17.10.1961
-------------------------------	---------------------------------	--------------------------

DISPOSIÇÃO

João Baptista Castejon Branco	Of. Leg. PL-7	Prefeitura do Dist. F.	Res. 22/61 21.6.61
Wilson Tartucci	Governador do Estado de Goiás.		37/61 3.8.61
José Arthur Alves da Cruz Rios	Governador do Estado da Gua- nabara.		38/61 3.8.61
Luiz Fernando de Oliveira Freire	Delegação da XVI da ONU		58/61 6.12.61
Renê Nunes	Prefeitura do DF.		71/61 12.12.61

NOMEAÇÕES

I - ACESSO

Miécio dos Santos Andrade	Diretor PL-1	Res. 24/61 de	12.7.61
Ninon Borges Seal	Vice-Diretor Geral	30/61 de	20.7.61
Lauro Portela	Vice-Diretor Geral	31/61 de	20.7.61
Luiz do Nascimento Monteiro	Diretor PL-1	35/61 de	26.7.61
Maria do Carmo Ron-	Diretor PL-1	36/61 de	26.7.61

II - ADMISSÃO DE NOVOS FUNCIONÁRIOS

Moacyr Medeiros Costa	Guarda de Segurança PL-9	Res.25/61	de 12.7.61
Adelino de Almeida Fontes	Guarda de Segurança PL-9	25/61	12.7.61
Francisco Ojeda	Taquigrafo PL-8	39/61	16.8.61
Maria Clara Coelho Bauman das Neves	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
José Aristides de Moraes Filho	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
Maria Regina Coelho Teixeira	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
Ronaldo Pacheco de Oliveira	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
Branca Borges Góes Bakaj	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
Claudio Júlio Freitas Carneiro	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
Vicente Oliveira de Lara Rezende	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
Helena Brown	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
Genoveva Fonseca Ayres	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
Susy Cunha e Cruz	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
Evandro Mesquita	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
José Ney Passos Dantas	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
Romeu Arruda	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
William Lima Machado Newton	Auxiliar Legislativo PL-9	57/61	1.12.61
Paulo Rubens Pinheiro Guimarães	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Eduardo Leão Marques	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Antônio Augusto Gentil Cabral	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Luiz Renato Vieira da Fonseca	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Inaciana da Costa e Sil	Auxiliar Legislativo	57/61	1.12.61

Marília de Carvalho Brício	Auxiliar Legislativo PL-10	Res.57/61	1.12.61
Lélia Pinto Ferraz	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Diva Falconi de Carvalho	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Arlete Pelota Tapajós	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Celso Luiz Ramos de Medeiros	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Victor Rezende de Castro Caiado	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Cid Sebastião da França Brugger	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Rubem Patu Trezena	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Hugo Rodrigues Figueiredo	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Dinah Martins Perácio	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Enaura Cúcio de Souza	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Sérgio Luiz Alagemovitz	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Helena Ruth Laranjal Farias Rigolon	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Paulo Irineu Fortes	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Léo Alberto Ramos Cruz	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Sylvia Minazi Mantovani	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Edina Borges de Oliveira	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Artemira Sampaio Castelar	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Celso de Freitas Cavalcanti	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Antônio Carlos de Nogueira	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Sara Ramos de Figueiredo	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Guilherme Gracindo Soares Palmeira	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Eduardo Rui Barbosa	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61	1.12.61
Francisco Gonçalves	Auxiliar Legislativo	57/61	1.12.61

Maria de Lourdes Veiga	Auxiliar Legislativo PL-10	Res. 57/61 - 1.12.61
Alfeu Cordeiro dos Santos	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Alexandre Marques de Albuquerque Mello	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Dalmara Geraldo Lacerda Guimarães	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Ayrton José Abritta	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Hélio Dolmer da Silva	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Laurita Faria	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Emanuel Novaes	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Maria de Lourdes Pena Belisário	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Léa Araujo de Pina	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Fernando da Silva Palma Lima	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Leonel Amaro de Medeiros	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Nilson Roberto de Novaes Carneiro Campolo	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Maximiano Vianna	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Theresinha Duarte	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
José Carlos Porto de Mendonça	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Clara Jacy de Brito Pereira	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Izabel Magalhães Evangelista	Auxiliar Legislativo PL-10	57/61 - 1.12.61
Maria Judith Rodrigues	Oficial Arquivologista PL-3	70/61-13.12.61
Marcos Vieira	Oficial Arquivologista PL-4	70/61-13.12.61
Manoel João de Souza	Oficial Arquivologista	74/61-13.12.61

TRANSFERÊNCIA DE CARREIRA

Ary Feliciano de Araujo	de Auxiliar de Portaria PL-9, para Auxiliar Legislativo PL-9.	Res. 40/61- 26.8.61
-------------------------	--	---------------------

EXONERAÇÃO

Romildo Fernandes Gurgel	Oficial Legislativo PL-8	19/61 - 30.5.61
--------------------------	-----------------------------	-----------------

- 07

K-2 - DISTINÇÕES CONFERIDAS A FUNCIONÁRIOS

É motivo de especial agrado aqui registrar alguns atos que distinguiram funcionários do Senado:

I - Condecorações:

- O Conselho da Ordem do Mérito Jurídico-Militar, em sessão de 19 de dezembro de 1960, resolveu, por unanimidade, admitir, como membro da mesma Ordem, o Dr. Joao Manoel da Rocha Mattos, Diretor da Assessoria Legislativa, agraciando-o com a Medalha de "Distinção".
- por decreto do Sr. Presidente da República foi agraciado com a condecoração da Ordem do Mérito Militar, no grau de Comendador, o Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral da Secretaria.

II - Designação para missões do Executivo no estrangeiro.

Para integrar a Delegação do Brasil à XVII Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas foram pelo Sr. Presidente da República designados os funcionários

Luiz Fernando de Oliveira Freire, Redator e  
João Batista Castejon Branco, Oficial Legislativo.

K.3 - PUBLICAÇÕES DO SENADO

Consoante já ficou assinalado em outra parte deste trabalho, foram distribuídos, durante esta sessão legislativa, 14 volumes dos Anais.

Nessa publicação ainda persiste o atraso não pequeno, devido a condições inerentes às empresas incumbidas dos trabalhos gráficos respectivos.

Esforça-se a Diretoria de Publicações, conforme se vê do relatório da sua competente e devotada Diretora, D. Glória Fernandina Quintela, para eliminá-lo.

No ano de 1961 acentuaram-se as dificuldades com que o Senado vem lutando para ter com regularidade as suas publicações.

Nenhuma recriminação pode ser formulada à Imprensa Nacional, que tem feito muito mais do que seria lícito esperar da capacidade de trabalho de seu pessoal e do seu magnífico Diretor, Dr. Alberto de Britto Pereira. Um e outro têm procurado superar-se a si mesmos no esforço - melhor se diria, no sacrifício - de cada dia, não raro de sol a sol, para dar aos órgãos do poder público em geral e ao Congresso Nacional de modo especial, o que lhes pedem. Mas, é absolutamente impossível, nas condições em que desenvolvem sua atividade esses denodados servidores do país, dar vazão ao volume intenso de trabalho que lhes chega a cada momento.

Há vários anos esta Presidência, em seus Relatórios, vem chamando a atenção do Poder Executivo para a necessidade de voltar as vistas para a Imprensa Nacional e dar-lhe o de que necessita para o desempenho da sua missão.

A Imprensa Nacional, repartição de velhas e honrosas tradições, teve a sua estrutura carinhosamente reformada pelos Drs. Rubem Porto e Britto Pereira, que dela fizeram uma repartição verdadeiramente modelar. Era, porém, ao tempo em que o Congresso atravessava o hiato que sofreu de 1937 a 1945. O restabelecimento da vida democrática no país trouxe-lhe uma sobrecarga considerável de trabalho, que tem crescido sempre, com a impressão do "Diário do Congresso Nacional" e das publicações necessárias a ambas as Casas, tais como os Anais e os avulsos. Paralelamente crescia também o volume de publicações dos órgãos dos outros poderes, dado o natural desenvolvimento dos respectivos serviços. E, contraditoriamente, ao invés de se aumentar o equipamento e o pessoal, aquele permanecia o mesmo, sofrendo o desgaste de cada dia, e este se reduzia progressivamente, com as aposentadorias, as exonerações e o desaparecimento de servidores, sem que a administração pudesse preencher os claros e adquirir novas máquinas tais eram as dificuldades de uma legislação cheia de entraves e obstáculos.

Estabeleceu-se, dessa forma, um regime de sacrifício, que data de mais de quinze anos, agravado de ano para ano.

Com a mudança para Brasília, mais angustiosa se tornou a situação. A Imprensa Nacional ainda não teve concluído o prédio, em que a princípio a água da chuva caía sobre as máquinas e os operários. Faltavam-lhe as mais elementares condições de conforto. Algumas centenas de operários eram forçados a exercer sua atividade desprovidos de instalações sanitárias, em situação ~~antitória~~ antitória para a dignidade da pessoa humana. Não dispunham também, de residências condignas, nem de condição elementarmente satisfatória. E assim tinham que trabalhar dia e noite, para atender aos reclamos do serviço. Não era possível transferir para Brasília o que ficara no Rio porque não havia onde alojar máquinas, material e homens. Mais ou menos dessa maneira permanece a Imprensa até agora - parte no Rio, sobrecarregada ainda com as publica-

ções de âmbito estadual - e parte em Brasília, trabalhando os seus servidores em um regime de sacrifício injustificável, que cada vez se agrava mais, sem poder dar conta da tarefa a realizar. O resultado dessa precariedade de condições de trabalho - a qual se há de acrescentar as interrupções frequentes da energia elétrica (e é de estranhar não tenha sido a Imprensa provida de gerador próprio para os casos de emergência) - é o atraso que se vêm verificando nas publicações. No ano passado algumas das relativas ao projeto orgânico não foram feitas. No corrente ano, diversos números das três Seções do Diário do Congresso Nacional só saíram com grande atraso, ainda havendo alguns em falta. Nunca tal fato se verificara.

Tem esta Presidência conhecimento de que o Sr. Ministro da Justiça resolveu constituir uma Comissão para estudar as necessidades da Imprensa Nacional. Sua Excelência, parlamentar que é, sabe o quanto pode prejudicar o funcionamento do Congresso a falta de oportuna publicação das atas das sessões e dos avulsos que servem de base ao estudo das proposições. Saberá Sua Excelência, portanto, sentir a importância do problema e, após os estudos que se processam, feitos com a urgência que o caso exige, propor ao Congresso as medidas legislativas necessárias - as quais só de iniciativa do Executivo podem proceder - para resolver em definitivo a situação.

É o que espera esta Presidência.

K.3.1 - TAREFA FISCALIZADORA

DO SENADO

K.3.1 - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

A ação fiscalizadora do Senado se exerceu através do requerimentos de informações, dirigidos às seguintes autoridades:

	<u>Totais</u>
<u>Presidência da República</u>	8
<u>Órgãos subordinados à Presidência da República</u>	
Presidência do Conselho de Ministros	1
<u>Ministérios</u>	
Aeronáutica	4
Agricultura	4
Educação e Cultura	8
Fazenda	20
Guerra	2
Indústria e Comércio	9
Justiça e Negócios Interiores	3
Marinha	2
Minas e Energia	1
Relações Exteriores	1
Saúde	5
Trabalho e Previdência Social	10
Viação e Obras Públicas	18

Já foram respondidos 51 pelas seguintes autoridades:

	<u>Totais</u>
<u>Presidência da República</u>	8
<u>Órgãos subordinados à Presidência da República :</u>	
<u>Ministérios</u>	
Aeronáutica	2
Agricultura	3
Educação e Cultura	4
Fazenda	12
Guerra	1
Indústria e Comércio	4
Justiça e Negócios Interiores	1
Minas e Energia	-
Saúde	2
Trabalho e Previdência Social	7
Viação e Obras Públicas	6
Marinha	1

De requerimentos formulados em sessões anteriores chegaram respostas a 25 sendo

<u>Presidência da República</u>	1
---------------------------------	---

Órgãos subordinados à Presidência da República



Ministérios

Aeronáutica	-
Agricultura	4
Educação e Cultura	1
Fazenda	7
Guerra	-
Indústria e Comércio	-
Justiça e Negócios Interiores	-
Minas e Energia	-
Saúde	-
Trabalho e Previdência Social	9
Viação e Obras Públicas	3

Algumas autoridades comunicaram estar onvidando esforços para a obtenção de informações solicitadas, sem que, entretanto, as enviassem depois ao Senado:

De sessões legislativas anteriores:

Viação e Obras Públicas 1

Da presente sessão legislativa:

Fazenda 2

Permanecem sem resposta 114 requerimentos, sendo desta e 72 de sessões legislativas anteriores: 42

K. 2 - COMPARECIMENTO DE  
MINISTROS DE ESTADO

Por três vèzes foi solicitado o comparecimento de Ministros de Estado:

Primeiro foi o do Sr. Ministro da Justiça, pelo Sr. Jefferson de Aguiar, através do Requerimento nº 95, de 1961, para prestar esclarecimentos sobre a publicação de decretos e atas do Poder Executivo, com força de lei, com inobservância do Poder Legislativo.

Esse requerimento lido em 19 de abril, figurou na Ordem do Dia da sessão de 20, dela sendo retirado a requerimento do Sr. Senador Daniel Krieger, a fim de ser pelo autor apresentada lista dos atos sobre os quais o Ministro deveria prestar esclarecimentos.

Depois, a convocação feita pelo mesmo Senador por meio do Requerimento nº 134, de 15 de maio, objetivou trazer a esta Casa o Sr. Ministro das Relações Exteriores, para fazer exposição sobre a política externa do Brasil, tendo o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Sr. Senador Vivaldo Lima, na sessão de 16 do mesmo mês, solicitado a audiência daquele órgão sobre o Requerimento.

Tomando conhecimento dessa iniciativa, o titular do Exterior, Dr. Afonso Arinos de Melo Franco, em 2 de junho solicitou do Senado lha marcação dia e hora para que S. Excia. comparecesse perante o Plenário, o que se deu no dia 7 de junho.

Finalmente, a 23 de novembro o Senado aprovava o Requerimento nº 467, de 1961, do Sr. Senador Cunha Mello, no sentido de serem convocados os Sr. Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, para manifestarem, perante o Plenário desta Casa, os pontos de vista de seus Ministérios sobre o projeto de lei que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações (Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1953).

Atendendo à convocação, aqui estiveram os Srs. General do Exército João de Segadas Viana, Almirante de Esquadra Ângelo Nolasco de Almeida e Major Brigadeiro Clovis Travassos, respectivamente titulares das Pastas da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, sendo ouvidos em sessão secreta.

Perante a Comissão Especial do Estudo do Projeto do Código Brasileiro de Telecomunicações compareceram, em 11 de outubro, os Srs. Dr. Tancredo de Almeida Neves, Presidente do Conselho de Ministros e Coronel Virgílio Távora, Ministro da Viação e Obras Públicas, que debateram com os membros da Comissão o problema das telecomunicações no país.

Teve também a Comissão de Relações Exteriores oportunidade de ouvir o Sr. Dr. Francisco Clementino San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores, sobre assuntos pertinentes à sua pasta.

L - O SENADO EM SUAS RELAÇÕES

L.1 - INFORMAÇÕES AO PODER JUDICIÁRIO

Por quatro vezes a Mesa do Senado Federal foi solicitada a prestar informações ao Supremo Tribunal Federal sobre feitos em curso naquela egrégia Corte.

Tratava-se dos seguintes casos:

- Mandado de Segurança nº 8 718, impetrado em 14 de abril por Vital Martins Ferreira e outros, Redatores do quadro de funcionários do Senado Federal, a fim de lhes serem asseguradas a partir de 1º de junho de 1960 as vantagens concedidas pela Lei nº 3 780 (Classificação de Cargos dos Funcionários Públicos Civis da União). As informações foram prestadas em 14 de abril (Ofício nº --- SP/40).
- Pedido de habeas corpus nº 38 661, de Sidney de Campos Pessoa em favor do Dr. João Belchior Marques Goulart, a fim de ser empossado Presidente da República (informações prestadas em 1º de setembro, através do Ofício nº SP/83).
- Mandado de Segurança nº 9 334, impetrado pelo advogado Anatólio Wanistek contra o ato do Congresso Nacional -- (Emenda Constitucional nº 4) que instituiu no Brasil o sistema de governo parlamentar (informações prestadas em 26 de setembro, pelo Ofício nº CN/74).
- Mandado de Segurança nº 9 455, impetrado por Leilah de Góis Cardoso no sentido de ser decretada a invalidade do ato da Comissão Diretora do Senado que determinou a porcentagem de tempo de serviço da impetrante (informações prestadas em 10 de novembro, pelo Ofício nº SP/106).

L.2 - ARTICULAÇÕES COM OS OUTROS ÓRGÃOS

DO PODER PÚBLICO

Cabe aqui consignar os seguintes fatos:

- Pelo Serviço Nacional dos Municípios (SENAM) da Presidência da República foi designado o Sr. José Viterino de Lima para elemento de ligação com o Senado, a fim de colaborar no sentido de que as Prefeituras e Câmaras Municipais possam conhecer e acompanhar o andamento das proposições que interessam aos Municípios;
- em 13 de junho a Presidência deu conhecimento à Casa do expediente em que o Instituto dos Advogados Brasileiros, ao enviar ao Senado o seu pronunciamento, que lhe fora pedido, sobre o Projeto de Lei que regula a capacidade civil da mulher casada, se manifestou pronto a colaborar com o Senado no estudo de proposições em curso neste

- funcionaram como elementos de ligação junto ao Senado:
- do Ministério da Guerra, os Srs. Coronéis Paulo de Andrade e Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira, o Capitão Joaquim Thiago de Oliveira e o Oficial Administrativo Irany Plath Peters;
- do Ministério das Relações Exteriores, o Sr. Secretário Joaquim de Almeida Serra;
- do Ministério da Aeronáutica (Comissão Especial do Código de Telecomunicações - o Sr. Coronel Aviador Josemar Vallim);
- do Ministério da Indústria e Comércio, o Dr. João Genéalo Martins Luz.

### L.3 - AUDIÊNCIA, PELO SENADO, DE OUTRAS AUTORIDADES

Na sessão de 28 de abril a Mesa deu conhecimento ao Plenário de ofício em que o Prefeito do Distrito Federal, reportando-se a críticas que lhe haviam sido feitas da tribuna do Senado, se propunha a comparecer perante a Casa, para prestar esclarecimentos sobre a matéria.

Entendeu a Mesa, com a concordância do Senado, que perante o Plenário só os Ministros de Estado podem comparecer, nos termos do art. 54 da Constituição e dos arts. 380 e 387 do Regimento Interno.

Proporcienciu-lhe, entretanto, a Comissão de Constituição e Justiça, ensejo de fazer perante esse órgão, no dia 3 de maio, longa exposição sobre o assunto em causa.

Às reuniões da Comissão Especial do Código Brasileiro de Telecomunicações compareceram e tomaram parte nos debates representantes de Sindicatos de trabalhadores em empresas de telecomunicações e diretores de empresas telefônicas.

L. 4 - CONVITES

A seguir se enumeram os convites recebidos pelo Senado.

<u>Data da comunicação</u> <u>ao Plenário</u>	<u>Convite</u>
21.3.61	Para as solenidades de promulgação da Constituição do Estado da Guanabara.
23.3.61	Para designar observador junto à Missão João Dantas (Av. 61, do Ministério das Relações Exteriores).
10.5.61	Da Iskikawa do Brasil para visita às instalações do Estaleiro Inhauma, no Rio de Janeiro.
5. 6.61	Da Associação Brasileira dos Municípios, em nome do Governo no Distrito de Columbia, Washington, para se fazer representar o Senado na Conferência Mundial dos Governos Municipais.
21.6.61	Dos Diretores do "Diário Carioca", para a instalação dos trabalhos do "Seminário Econômico do Carvão Nacional", realizado de 22 a 30 de junho, no Rio de Janeiro.
28.6.61	Da Presidência do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, para a solenidade de instalação do Conselho Regional da 12ª. Região (30.6.61).
3.7.61	Da Comissão Organizadora do VIII Congresso Nacional da Mocidade Presbiteriana Independente do Brasil, para o conclave realizado na cidade de Campinas de 6 a 12 de julho.
20.7.61	Do Ministério das Relações Exteriores, para designação de 2 representantes às Conferências Internacionais realizadas em Montevideo de 24 de julho a 5 de agosto.
18.8.61	Do Sr. Ministro da Viação para designação de representante na visita às obras da Estrada BR-29, que ligará Cuiabá à fronteira com o Peru.
5.10.61	Do Sr. Ministro das Relações Exteriores, no sentido de se fazer o Senado representar na Missão que o Governo brasileiro deliberou enviar a Roma para participar das solenidades comemorativas do 80º aniversário da Santidade o Papa João XXIII.
11.10.61	Da Confederação Latino-Americana de Publicidade, para se fazer o Senado representar no I Congresso Latino-Americano de Publicidade.

- 6.11.61

Do Sr. Ministro das Relações Exteriores, a fim de que o Senado designasse representante para participar da Delegação do Brasil ao General Agreement on Tariffs and Trades (GATT).

21.11.61

Da Presidência da República no sentido de se fazer o Senado representar nas homenagens levadas a efeito a 27 do mesmo mês à memória dos militares tombados na defesa das instituições, por ocasião do levante comunista de 1935.

Do estrangeiro foram recebidos os seguintes convites

5. 4.61

- do Governo Norte-americano para os membros da Comissão Especial de Estudo dos Problemas da Sêca do Nordeste visitarem aquele país.

23. 5.61

- dos representantes do Movimento Mundial Pró Rearmamento Moral, no sentido de se fazer o Senado representar na Conferência realizada em 4 de junho em Caux, Suíça.

9. 8.61

- da Comissão Organizadora da Reunião Interparlamentar Latino-Americana Pró Anistia dos Presos Políticos da Espanha e Portugal, com sede em Santiago do Chile, para o Senado se fazer representar nessa reunião, de 18 a 20 de agosto.

L. 3 - VISITANTES

Durante o recesso que antecedeu a instalação dos trabalhos foi o Senado visitado (em 26 de março) por parlamentares da República dos Camarões - os Srs. Mousa Ya Yá, 1º Vice-Presidente da Assembleia Nacional do seu país e Mayi Matip, Deputado à mesma Assembleia.

Durante a sessão legislativa registraram-se mais as seguintes visitas:

- do Sr. Louis Jung, parlamentar francês (em 20 de maio);
- de representantes do Movimento Mundial Pró-Rearmamento Moral (em 23 de maio);
- do Ministro das Relações Exteriores da Polônia (em 19 de outubro);
- de Deputados da República da Guatemala (em 7 de novembro).

M - A PRESIDÊNCIA DO SENADO

Exerceu a Presidência do Senado até julho deste ano o então Vice-Presidente da República, Sr. João Belchior Marques Goulart, na qualidade de Vice-Presidente da República (art. 61 da Constituição), cargo para o qual fôra eleito, pela segunda vez, a 3 de outubro de ano anterior e no qual fôra empossado a 31 de janeiro último.

Em 6 de julho obteve Sua Excelência autorização do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 6/61) para se ausentar do país, a fim de visitar vários países da Europa e do Extremo Oriente.

Achava-se em viagem o segundo mandatário da nação quando o Congresso Nacional, em face da crise político-militar que se verificou no país em consequência da renúncia do Presidente da República, Sr. Janio da Silva Quadros, houve por bem instituir no Brasil o sistema parlamentar de governo, através da Emenda Constitucional nº 4, promulgada a 2 de setembro, ato que extinguiu o cargo de Vice-Presidente da República.

Empossado o Sr. Sr. João Belchior Marques Goulart na Presidência da República a 7 de setembro, ficou vago o cargo de Presidente do Senado, que passou a ser exercido pelo Vice-Presidente.

Em virtude da Alteração feita no Regimento Interno (art. 46) o Senado passará a ter Presidente eleito dentre os Senadores, o que se ocorrerá na próxima sessão legislativa ordinária.



N. ASSUNTOS PERTINENTES AOS SENADORES

N.1 PARTICIPAÇÃO NA MESA

Durante a presente sessão legislativa na direção dos trabalhos do Plenário aos membros da Mesa coube a seguinte atuação:

NOME	PRESIDÊNCIA DAS SESSÕES		1a. SECRETARIA SESSÕES		2a. SECRETARIA SESSÕES	
	Total - mente	Parcial- mente	Total- mente	Parcial- mente	Total- mente	Parcial- mente
Dr. João Goulart	1	6				
Sen. Moura Andrade	70	87				
Sen. Cunha Mello	43	71	23	62		
Sen. Gilberto Marinho	8	68	5	72	3	21
Sen. Argemiro Figueiredo	2	68	9	68	23	60
Sen. Novaes Filho	-	24	6	40	3	46
Sen. Matias Olímpio	1	23	1	19	38	63
Senador Guido Mondim	-	24	12	53	15	56

N.2 - PARTICIPAÇÃO NA DIREÇÃO POLÍTICA DA CASA

<u>Senador</u>	<u>Funções que exerceu</u>
Filinto Müller	Liderança da Maicria
Lima Teixeira	Liderança da Maicria (em substituição) Vice-Liderança da Maicria
Victorino Freire	Liderança da Maicria (em substituição) Vice-Liderança da Maicria Vice-Liderança do Partido Social Democrático
Guido Mendin	Vice-Liderança da Maicria
Jorge Maynard	Vice-Liderança da Maicria Vice-Liderança do Partido Social Progressista
Leão da Silveira	Vice-Liderança da Maicria
Nogueira da Gama	Vice-Liderança da Maicria
João Villasboas	Liderança da Mincria Liderança da União Democrá tica Nacional
Daniel Krieger	Liderança da Mincria (em substituição) Vice-Liderança da Mincria Liderança da União Democrá tica Nacional
Benedicto Valladares	Liderança do Partido Social Democrático
Barros Carvalho	Liderança do Partido Traba lhista Brasileiro
Mem de Sá	Vice-Liderança da Mincria Liderança do Partido Liber tador
Mendonça Clark	Liderança do Partido Repu blicano
Line do Matos	Vice-Liderança da Mincria Liderança do Partido Traba lhista Nacional
Gaspar Veloso	Vice-Liderança do Partido Social Democrático

Senador

Funções que exerceu

Melson Maculan

Vice-Liderança do Partido  
Trabalhista Brasileiro

Fausto Cabral

Vice-Liderança do Partido  
Trabalhista Brasileiro

Arlindo Rodrigues

Vice-Liderança do Partido  
Trabalhista Brasileiro

Alcysio de Carvalho

Vice-Liderança do Partido  
Libertador

Rui Palmeira

Vice-Liderança da União De  
mocrática Nacional

Heribaldo Vieira

Vice-Liderança da União De  
mocrática Nacional

Paulo Fender

Liderança do Movimento Tra  
balhista Renovador

N. ASSUNTOS PERTINENTES AOS SENADORESN.3 - PARTICIPAÇÃO NOS TRABALHOS

Os números que a seguir se vão ler dão uma idéia da participação dos Senadores nos trabalhos de Plenário, nos das Comissões e nas missões de representação da Casa.

N.3.1 - COMISSÕES DE QUE FAZEM PARTE

<u>SENADORES</u>	<u>COMISSÕES ESPECIAIS</u>			
	<u>PERMANENTES</u>	<u>INTERNAS</u>	<u>EXTERNAS</u>	<u>MISTAS</u>
Mourão Vieira	5	1		
Cunha Mello	1	10		
Vivaldo Lima	3			
Paulo Fender	5	3	1	
Zacarias de Assumpção	1			
Lobão da Silveira	5	3	-	3
Vitorino Freire	2	1	3	4
Sebastião Archer	3			
Remy Archer (suplente)	2	-	-	1
Eugenio Barros	5			
Leônidas Mello				
Mendonça Clark (suplente)		2		
Matias Olímpio	1			
João Mendes (suplente)	1			
Joaquim Parente	6	1	-	1
Fausto Cabral	5	1	1	-
Fernandes Távora	5	1	4	
Menezes Pimentel	5	7	-	1
Sérgio Marinho	5	5	1	-
Reginaldo Fernandes	2	2	-	-
Dix-Huit Rosado	4	-	-	-
Argemiro Figueiredo	1	2	3	2
João Arruda	4	-	-	-
Ruy Carneiro	6	6	-	-
Salviano Leite (suplente)	-	2	-	-
Novaes Filho	1	1	-	-
Jarbas Maranhão	5	4	-	4
Barros Carvalho	6	4	1	-
Ruy Palmeira	3	5	-	-
Silvestre Péricles	3	4	-	-
Afrânio Lagos	2	2	-	2
Lourival Fontes	4	3	-	-
Jorge Maynard	2	3	1	5
Heribaldo Vieira	3	10	1	-
Ovidio Teixeira	2	-	-	2
Lima Teixeira	7	3	-	1
Aloysio de Carvalho	5	10	-	-
Del Caro	2	-	-	-
Ary Vianna	5	10	1	4
Jefferson de Aguiar	5	5	-	-
Paulo Fernandes	4	1	-	-
Arlindo Rodrigues	4	2	-	-
Miguel Couto	4	1	-	1
Caetano de Castro	8	4	-	2
Gilberto Marinho	1	1	3	1
Afonso Arinos	-	1	-	-
Venâncio Igrejas (suplente)	4	3	1	1
Benedito Valadares	3	6	-	-
Nogueira da Gama	4	5	1	1
Milton Campos	3	9	-	-
Moura Andrade	1	-	-	-

SENADORESCOMISSÕES ESPECIAIS

	<u>PERMANENTES</u>	<u>INTERNAS</u>	<u>EXTERNAS</u>	<u>MISTAS</u>
Juscelino Kubitschek	-	-	-	-
José Feliciano (suplente)	2	4	-	-
João Vilasboas	1	1	-	-
Filinto Müller	1	1	-	-
Lopes da Costa	4	2	-	1
Alô Guimarães	3	2	1	1
Gaspar Velloso	6	5	-	1
Nelson Maculan	4	4	-	1
Francisco Gallotti	7	2	-	-
Saulo Ramos	6	1	1	4
Irineu Bornhausen	2	-	-	-
Brasílio Celestino (suplente)	2	1	-	2
Daniel Krieger	5	10	2	4
Mom de Sá	5	4	2	3
Guido Mondim	1	1	2	2
Geraldo Lindgren (suplente)	-	-	-	-

N.3.2 - DESIGNAÇÕES PARA ACOMPANHAR NA CÂMARA  
O ESTUDO DE EMENDAS DO SENADO.

<u>SENADORES</u>	<u>Nº DE DESIGNAÇÕES</u>
Lobão da Silveira	3
Vitorino Freire	1
Remy Archer (suplente)	1
Joaquim Parente	2
Fausto Cabral	6
Fernandes Távora	4
Dix-Huit Rosado	2
Jarbas Maranhão	2
Heribaldo Vieira	3
Lima Teixeira	2
Aloisio de Carvalho	2
Ary Vianna	6
Jefferson de Aguiar	2
Lopes da Costa	1
Gaspar Veloso	1
Saulo Ramos	1
Brasílio Celestino (suplente)	1
Daniel Krieger	1
Mom de Sá	4



N.3.3 - PARECERES PROFERIDOS

<u>SENADORES</u>	<u>ESCRITOS</u>	<u>ORAIS</u>
Mourão Vieira	1	
Cunha Mello	29	1
Vivaldo Lima	8	5
Paulo Fender	8	
Zacarias de Assumpção	3	
Lobão da Silveira	22	5
Vitorino Freire	14	1
Sebastião Archer	1	
Remy Archer (suplente)		
Eugenio Barros	5	
Leonidas Mello	1	
Mendonça Clark (suplente)		
Mathias Olympio		
João Mendes (Suplente)	1	
Joaquim Parente	32	
Fausto Cabral	43	3
Fernandes Távora	27	
Menezes Pimentel	64	
Sérgio Marinho		
Reginaldo Fernandes	2	
Dix-Huit Rosado	12	
Argemiro de Figueiredo	14	2
João Arruda		
Ruy Carneiro	12	
Salviano Leite (suplente)		
Novaes Filho	4	
Jarbas Maranhão	15	5
Barros Carvalho	10	
Ruy Palmeira	2	
Silvestre Péricles	12	
Afrânio Lages		
Lourival Fontes	20	
Jorge Maynard	5	
Heribaldo Vieira	18	7
Ovídio Teixeira	1	
Lima Teixeira	14	2
Aloisio de Carvalho	17	6
Del Caro	2	
Ary Vianna	49	
Jefferson de Aguiar	26	2
Paulo Fernandes		
Arlindo Rodrigues	3	
Miguel Couto	4	
Caiaado de Castro	10	
Gilberto Marinho	12	
Afonso Arinos		
Venâncio Igrejas (suplente)	9	1
Benedito Valadares	4	
Nogueira da Gama	29	3
Milton Campos	14	1
Moura Andrade		
Lino de Matos	3	
Padre Calazans	1	
Pedro Ludovico		
Coimbra Buena	4	1
Juscelino Kubitschek		
José Feliciano (suplente)		
João Vilasboas		

SENADORES

ESCRITOS

ORAIS

Nelson Maculan  
Francisco Gallott  
Saulo Ramos  
Irineu Bornhausen  
Brasílio Celestino (suplente)  
Daniel Krieger  
Mem de Sá  
Guido Mondin  
Geraldo Lindgren (Suplente)

2  
10  
16  
2  
35  
35  
1

1  
  
4  
3



N. 3.4. - PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

<u>SENADORES</u>	<u>PROJETOS</u>				<u>INDIGA- ÇÕES</u>	<u>EMENDAS</u>	
	<u>de Em. a Const.</u>	<u>de Lei</u>	<u>de Res.</u>	<u>de Dec. Leg.</u>		<u>a proj. comuns</u>	<u>Ao orça- mento</u>
Mourão Vieira							122
Cunha Mello		1		1		1	151
Vivaldo Lima			1			1	59
Paulo Fender		1				6	47
Zacarias de As- sunção							57
Lobão da Silveira		2				12	95
Vitorino Freire							173
Sebastião Archer							125
Remy Archer (Suplen- te)							4
Eugênio Barros						5	166
Leônidas Mello							29
Mendonça Clark (sup plente)						4	
Matias Olímpio							32
João Mendes (suplen- te)							
Joaquim Parento						3	185
Fausto Cabral						36	350
Fernandes Távora		1				6	48
Menezes Pimentel						13	125
Sérgio Marinho							40
Reginaldo Fernandes							57
<b>Dix-Huit</b> Rosado						11	58
Argemiro de Figuei- redo						15	117
João Arruda							36
Ruy Carneiro						2	
Salviano Leite (su - plente)		1					14
Novaes Filho							152
Jarbas Maranhão		3				55	293
Barros Carvalho				1		4	26
Ruy Palmeira		2					229
Silvestre Péricles						3	10
Afrânio Lages		2					20
Lourival Fontes						1	256
Jorge Maynard						10	64
Heribaldo Vieira		1				28	167

SENADORES	PROJETOS				INDICA- COES	EMENDAS	
	de En. a Const.	de Lei	de Res.	de Dec. Leg.		a proj. comuns	Ao orça- mento
Aloisio de Carvalho			1			23	58
Del Caro		2					55
Ary Vianna						4	70
Jefferson de Aguiar		2	1		2	35	97
Paulo Fernan- des							24
Arlindo Rodrigues						3	36
Miguel Couto						2	43
Caetano de Castro		2				39	46
Gilberto Marinho	1	10	2			2	928
Afonso Arinos							9
Venâncio Igrejas (suplente)						3	
Benedito Valadares						1	88
Nogueira da Gama		1	1			59	236
Milton Campos						69	101
Moura Andrade			1	1		1	216
Lino de Matos							26
Pedro Calazans							78
Pedro Ludovico							62
Coimbra Bueno					3	3	220
Juscelino Kubitschek							
José Feliciano (su- plente)		1					148
João Vilasboas	1	2				21	48
Filinto Müller	1	1		1		3	61
Lopes da Costa							34
Alô Guimarães		4				2	127
Gaspar Velloso		1				6	70
Nelson Maculan		3				4	255
Francisco Gallotti						6	39
Saulo Ramos		1				22	223
Irineu Bornhausen							74
Brasílio Celestino (suplente)	1						
Daniel Krieger	2					29	427
Mem de Sá			1			143	57
Guido Mondin		1				16	396
Geraldo Lindgren (suplente)							

N.3.5. - PARTICIPAÇÃO NOS DEBATES

<u>SENADOR</u>	<u>DISCURSOS PROFERIDOS</u>
Mourão Vieira	4
Cunha Mello	19
Vivaldo Lima	24
Paulo Fender	80
Zacarias de Assumpção	-
Lobão da Silveira	28
Victorino Freire	34
Sebastião Archer	2
Remy Archer (suplente)	6
Eugênio Barros	-
Leônidas Mello	1
Mendonça Clark (suplente)	20
Maticos Olimpio	1
João Mendes (suplente)	1
Joaquim Parente	9
Fausto Cebal	19
Fernandes Távora	9
Menezes Pimentel	-
Sérgio Marinho	23
Reginaldo Fernandes	5
Dix-Huit Rosado	10
Argemiro de Figueiredo	52
João Arruda	-
Ruy Carneiro	5
Salviano Leite (suplente)	12
Novaes Filho	39
Jarbas Maranhão	40
Barros Carvalho	15
Ruy Palmeira	9
Silvestre Péricles	9
Freitas Cavalcanti	3
Afrânio Lages	9
Lourival Fontes	3
Jorge Maynard	9
Heribaldo Vieira	22
Ovídio Teixeira	1
Lima Teixeira	89
Aloysio de Carvalho	34
Del Caro	2

<u>SENADOR</u>	<u>DISCURSOS PROFERIDOS</u>
Jefferson de Aguiar	24
Paulo Fernandes	2
Arlindo Rodrigues	2
Miguel Couto	8
Caiaado de Castro	53
Gilberto Marinho	96
Afonso Arinos	9
Venâncio Igrejas (suplente)	16
Benedito Valadares	7
Nogueira da Gama	32
Milton Campos	5
Moura Andrade	1
Lino de Matos	26
Padre Calazans	10
Pedro Ludovico	2
Coimbra Bueno	42
Juscelino Kubtschek	2
José Feliciano (suplente)	7
João Villasboas	16
Filinto Müller	17
Lopes da Costa	10
Alô Guimarães	24
Gaspar Veloso	11
Nelson Maculan	18
Francisco Gallotti	1
Saulo Ramos	33
Irineu Bornhausen	-
Brasílio Celestino (suplente)	12
Daniel Krieger	24
Mem de Sá	44
Guido Mondin	29
Geraldo Lindgren (suplente)	-

### N.3.6 - MISSÕES EXTERNAS

Durante esta sessão legislativa teve o Senado ensejo de participar, através de seus membros, de várias missões externas, a seguir relacionadas:

#### N.3.6.1 - NO ESTRANGEIRO

- Reunião do Conselho da União Interparlamentar, em Genebra, de 4 a 9 de abril:

Senadores:

Filinto Müller, na qualidade de membro do Conselho;  
Rui Palmeira, como Vice-Presidente do Grupo Brasileiro;  
Gilberto Marinho, como representante do Presidente do Grupo Brasileiro;

Ovidio Teixeira;  
Francisco Gallotti;  
Lima Teixeira;  
Mendonça Clark.

Como Secretário dessa Delegação serviu o Auxiliar Legislativo, interino, Guilherme Gracindo Soares Palmeira.

- Visita da Comissão Especial de Estudo dos Problemas das Sêcas do Nordeste aos Estados Unidos, a convite do Governo desse país (junho):

Senadores:

Reginaldo Fernandes,  
Ruy Carneiro,  
Francisco Gallotti,  
Jorge Maynard e  
Fausto Cabral.

- Visita à Polônia, a convite da Dieta Polonesa (abril):

Senadores:

Eugênio Barros,  
Reginaldo Fernandes,  
Gaspar Velloso,  
Novaes Filho.

- Conferência Municipal de Governos Municipais, em Washington (junho):

Senador Jarbas Maranhão.

- 2a. Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em Nova York (março):

Senador Sérgio Marinho.

- Comemorações do Sesquicentenário do Paraguai (maio):

Senador João Mendes.

- XLV Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra (junho):

- Representação do Brasil nas festividades comemorativas do 1º aniversário da independência da República do Gabão, na África (julho):

Senador Vivaldo Lima

- L Conferência Interparlamentar, em Bruxelas, Bélgica (setembro):

Senadores:

Filinto Müller  
Ruy Palmeira,  
Benedito Valadares  
Silvéstre Péricles,  
Barros Carvalho,  
Nogueira da Gama,  
Daniel Krieger,  
João Vilasboas,  
Mem de Sá  
Argemiro de Figueiredo  
Vitorino Freire,  
Joaquim Parente.

Serviu como Secretário dessa Delegação o Assessor Legislativo Luiz Carlos Vieira da Fonseca.

- Delegação do Brasil ao Extremo Oriente, chefiada pelo Dr. João Goulart (agosto):

Senadores

Barros Carvalho  
Dix-Huit Rosado.

- II Conferência Interparlamentar Americana, realizada em Santiago do Chile, de 22 a 29 de outubro:

- Senadores:

Filinto Müller,  
Ruy Palmeira  
Salviano Leite.

- Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (agosto):

Senador Ary Vianna

- Primeiro Período de Sessões da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideo (agosto):

Senador Venâncio Igrejas

- Reunião da Junta Diretora do Convênio Internacional do Café em Washington:

Senador Nelson Maculan.

- Delegação do Brasil à XVI Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York (de setembro a dezembro):

Senadores:

Afonso Arinos  
Jefferson de Aguiar

- Delegação do Brasil à XXXVI e XXXVII Sessões do Conselho e à XI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma (outubro e novembro):

Senadores:

Novaes Filho  
Paulo Fender

- X Conferência Interparlamentar Pró-Governo Mundial (outubro):

Senador Lourival Fontes.

- Solenidades Comemorativas do 80º aniversário de S.S. o Papa João XXIII (Roma, outubro):

Senador Padre Calazans.

- Reunião do General Agreement on Tariffs and Trade (Gatt), em Genebra (novembro):

Senador Nogueira da Gama.

Convidado pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores, o Senado deliberou não designar representante para acompanhar a missão econômica desempenhada pelo jornalista João Dantas, na Europa.

Designado para participar da Conferência do Rearmamento Moral realizada em Caux, Suíça, em maio deste ano, declinou do convite o Sr. Senador Padre Calazans.

Também o Sr. Senador Lima Teixeira, escolhido para participar da missão de expansão comercial no Extremo Oriente, chefiada pelo Dr. João Goulart, declinou do convite.

N.3.6.2 - NO PAÍS

- Promulgação da Constituição do Estado da Guanabara (27 de março):

Senadores:

Gilberto Marinho,  
Caiado de Castro,  
Venancio Igrejas,  
Cunha Mello,  
Mem de Sá.

- Seminário Econômico do Carvão Nacional (Rio de Janeiro, junho):

Senadores:

Saulo Ramos,  
Brasílio Celestino,  
Guido Mondin.

- Solenidades em memória ao Dr. Oswaldo Aranha, em Alegrete, R.G.Sul.

Senadores:

Vitorino Freire,  
Paulo Fender,  
Daniel Krieger,  
Ary Vianna,  
Nogueira da Gama.

- Solenidades em homenagem à memória dos militares que tombaram na defesa da legalidade, por ocasião do movimento subversivo comunista de 1935:

Senadores:

Victorino Freire  
Daniel Krieger  
Gilberto Marinho  
Caiado de Castro  
Fausto Gabral

N. 3.7 - DISTINÇÕES CONFERIDAS A MEMBROS  
DO SENADO FEDERAL

A Presidência consigna com satisfação as dêste ano:

- Ordem Nacional do Mérito do Paraguai:

Senador João Mendes.

- Medalha do "Mérito Tamandaré":

Senadores:

Milton Campos  
Lino de Matos,  
Daniel Krieger.



- Ordem do Mérito Aeronáutico (Como Grande Oficiais):

Senadores:

Padre Calazans  
Daniel Krieger,  
Mem do Sá  
Gaspar Veloso

0. - ASSUNTOS REFERENTES AO CONGRESSO NACIONAL

0.1 - SESSÕES CONJUNTAS

0.1.1 - SESSÕES REALIZADAS

- Realizaram-se 43 sessões conjuntas do Congresso Nacional:
- uma, a 15 de março, para a instalação da sessão legislativa;
  - duas, para homenagear Chefes de Estado estrangeiros em visita ao Brasil;
    - Dr. Manuel Prado, Presidente do Peru, a 1º de agosto;
    - Dr. Eduardo Victor Haedo, Presidente do Conselho Nacional do Governo da República do Uruguai, a 7 de dezembro;
  - uma, para comemoração do 1º aniversário da instalação do Congresso Nacional em Brasília, a 21 de abril;
  - três, para solene promulgação de Emendas Constitucionais:
    - Emenda Constitucional nº 3, em 8 de junho;
    - Emenda Constitucional nº 4, em 2 de setembro;
    - Emenda Constitucional nº 5, em 21 de novembro;
  - 27, para apreciação de vetos presidenciais:
    - 12, 13 e 20 de abril;
    - 25, 30 e 31 de maio;
    - 6, 15 e 27 de junho;
    - 20, 25, 26, 27 e 31 de julho;
    - 1, 2, 3, 22, 23 e 24 de agosto;
    - 13, 14, 26, 27 e 28 de setembro;
    - 3 de outubro;
    - 14 de dezembro.
  - uma, para tomar conhecimento da renúncia do Presidente da República, Dr. Jânio da Silva Quadros, a 25 de agosto;
  - uma, para conhecer da Mensagem nº 471, de 1961, pela qual o Presidente da República, em exercício, transmitiu ao Congresso o pronunciamento dos Ministros Militares contrário ao regresso, ao país, do Vice-Presidente da República, Dr. João Belchior Marques Goulart (28 de agosto);
  - três, para apreciação do Parecer da Comissão Mista designada para se pronunciar sobre a Mensagem nº 471 (30 de agosto, respectivamente, às 9, 15 e 21 horas);
  - duas, para tomar conhecimento de dificuldades criadas ao regresso do Dr. João Belchior Marques Goulart a Brasília (4 e 5 de setembro);
  - uma, para prestação de compromisso do Dr. João Belchior Marques Goulart como Presidente da República e atos posteriores para a sua completa investidura nesse cargo, apresentação dos nomes escolhidos para o Conselho de Ministros, pronunciamento do Congresso Nacional sobre esses nomes;
  - uma, para a posse do Presidente da República e do Conse-

0.1.2 - DIREÇÃO DOS TRABALHOS

-94-

0.1.2.1 - PRESIDÊNCIA DAS SESSÕES

Coube presidir os trabalhos das sessões conjuntas:

	S E S S Õ E S	
	TOTALMENTE	PARCIALMENTE
João Goulart	1	-
Senador Moura Andrade	35	6
Senador Cunha Mello	1	
Senador Gilberto Marinho	1	

0.1.2.2 - SECRETARIAS DAS SESSÕES

Exerceram as funções de Secretários, nas sessões do Congresso Nacional:

<u>SENADORES</u>	S E C R E T A R I A S			
	<u>1ª</u>	<u>2ª</u>	<u>3ª</u>	<u>4ª</u>
Cunha Mello	28			
Vivaldo Lima			1	
Paulo Fender	2	5	24	
Lobão da Silveira				
Remy Archer (suplente)			2	
Eugênio Barros				1
Mendonça Clark (suplente)			2	
Mathias Olympio	1	2	9	16
João Mendes (suplente)		1	1	1
Joaquim Parente		1		
Fausto Cabral		1	1	
Fernandes Tavora		1		
Argemiro de Figueiredo	2	12	5	1
Ruy Carneiro		1		
Salviano Leite (suplente)				3
Novaes Filho	6	19	4	7
Jarbas Maranhão				1
Afrânio Lages	1			
Jorge Maynard	1		3	4
Heribaldo Vieira			1	
Lima Teixeira	1	1	1	2
Aloysio de Carvalho	1			
Ary Vianna			2	
Jeffersin de Aguiar	1		1	1
Arlindo Rodrigues	3	2	2	2
Miguel Couto	1			1
Gilberto Marinho	17	17		
Venâncio Igrejas (suplente)			1	1
Coimbra Bueno	1			
José Feliciano (suplente)				16
Lopes da Costa				11
Alô Guimarães		3		13
Gaspar Veloso			1	
Nelson Maculan	1			

0.1.2.3. - ESCRUTINADORES

Colaboraram na apuração das votações, como escrutinadores

<u>SENADORES</u>	<u>SESSÕES</u>	<u>DEPUTADOS</u>	<u>SESSÕES</u>
Remy Archer	2	Dirno Pires	1
Mendonça Clark	1	Paulo Freire	1
João Mendes	2	Yukishigue Tamura	4
Eugênio Barros	1	José Mench	1
Lima Teixeira	2	Dario Cardoso	2
Jorge Maynard	3	Dagoberto Sales	2
Arlindo Rodrigues	1	Campos Vergal	3
Nelson Maculan	2	Benjamin Farah	1
Brasílio Celestino	4	Passos Porto	1
Alô Guimarães	1	Lycio Hauer	1
Saulo Ramos	2	Aurelio Vianna	1
Lopes da Costa	1	Coelho de Souza	1
Coimbra Bueno	1	Gurgel do Amaral	1
		Benedito Vaz	1
		Paulo Sarasate	1
		Manoel de Almeida	1

## VISITANTES

Por duas vezes o Congresso Nacional se reuniu em sessão conjunta para homenagear Chefes de Estado estrangeiros em visita oficial ao Brasil:

- O Sr. Dr. Manuel Prado, Presidente da República do Peru, em 1º de agosto;
- o Sr. Dr. Eduardo Victor Haedo, Presidente do Conselho Nacional de Governo da República do Uruguai, em 7 de dezembro.

O primeiro desses ilustres visitantes foi saudado pelos Srs. Senador Heribaldo Vieira e Deputado Nelson Carneiro, e o segundo pelos Srs. Senador Guido Mondin e Deputado Ernani Sátiro.

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Acha-se o Congresso Nacional convocado, nos tãrmos do parágrafo único do art. 39 de Constituição, para se reunir extraordinariamente de 1º a 28 de fevereiro de 1962.

O ato convocatório, transmitido ao Senado com o Ofício nº GP/41, de 14 de dezembro, do Presidente da Câmara dos Deputados, é de iniciativa do Sr. Paulo Freire e mais 120 Deputados, e está assim redigido:

"Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Os Deputados abaixo assinados, de acôrdo com o art. 39, parágrafo único, da Constituição Federal, convocam o Congresso Nacional para uma sessão extraordinária de 1º de fevereiro a 28 de fevereiro de 1962, com a seguinte pauta:

- a) - Reforma agrária;
- b) - Remessa de lucros;
- c) - Leis complementares,

e outros assuntos de interêsse Nacional.

Bresília, 14 de dezembro de 1961

(a) Paulo Freire  
e mais 120 assinaturas."

A sessão inaugural da sessão legislativa extraordinária assim convocada foi marcada para o dia 1º de fevereiro de 1962, às 15 horas.

## PALAVRAS FINAIS

Ao concluir esta prestação de contas, desejamos expressar o nosso profundo reconhecimento a quanto nos ajudaram a levar a t ermo a missão que nos coube na sessão legislativa que ora se encerra.

De modo especial somos gratos:

- aos nossos eminentes compeheiros de trabalho, membros da Mesa e da Comissão Diretora, Srs. Senadores Cunha Mello, Gilberto Marinho, Argemiro de Figueiredo, Novaes Filho, Mathias Olympio e Guido Mondin;
- aos ilustres Líderes da Maioria e da Minoria, Srs. Filinto Müller e João Villasb as;
- aos Vice Líderes da Maioria, Srs. Lima Teixeira, Nogueira da Gama, Victorino Freire, Lobão da Silveira, Jorge Maynard e Guido Mondin;
- aos Vice-Líderes da Minoria, Srs. Mem de S  e Lino de Matos;
- aos dignos dirigentes das bancadas Partidárias:
  - do Partido Social Democrático, Sr. Benedito Valladares;
  - da União Democrática Nacional, Sr. Daniel Krieger;
  - do Partido Trabalhista Brasileiro, Sr. Barros Carvalho;
  - do Partido Libertador, Sr. Mem de S ;
  - do Partido Social Progressista, Sr. Jorge Maynard;
  - do Partido Trabalhista Nacional, Sr. Lino de Matos;
  - do Movimento Trabalhista Renovador, Sr. Paulo Fender;
- aos Vice-Líderes partidários:
  - do Partido Social Democrático, Srs. Gaspar Velloso e Victorino Freire;
  - da União Democrática Nacional, Srs. Rui Palmeira e Heribaldo Vieira;
  - do Partido Trabalhista Brasileiro, Srs. Nelson Maculan, Fausto Cabral e Arlindo Rodrigues;
  - do Partido Libertador, Sr. Aloysio de Carvalho;
  - ao funcionalismo da Casa, tão bem representado pelo seu digno Diretor Geral, Dr. Evandro Mendes Vianna;
  - aos representantes da imprensa, do rádio, da televisão e das agências informativas credenciadas perante o Senado;
  - ao Departamento de Imprensa Nacional, através do seu admirável Diretor, Dr. Alberto de Brito Pereira;

- aos funcionários da Agência Postal-Telegráfica do Senado,  
chefiados por D. Lourdes Braga Rodrigues.

Todos se fizeram credores do reconhecimento do Senado e desta Presidência pela alta e nobre colaboração que lhe deram nestes nove meses de trabalho intenso.